

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS DA PESCA ARTESANAL EM  
CONCEIÇÃO DA BARRA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES E O  
PAPEL DO ESTADO**

**ANDRÉ VIANNA NASCIMENTO**

VILA VELHA-ES  
JULHO/ 2021

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS DA PESCA ARTESANAL EM  
CONCEIÇÃO DA BARRA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES E O  
PAPEL DO ESTADO**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

**ANDRÉ VIANNA NASCIMENTO**

VILA VELHA-ES  
JULHO/ 2021

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

N224e Nascimento, André Vianna.  
Estruturas organizativas da pesca artesanal em Conceição da Barra : uma análise das relações e o papel do Estado / André Vianna Nascimento. – 2021.  
76 f. : il.

Orientadora: Viviane Mozine Rodrigues.  
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2021.  
Inclui bibliografias.

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal. 3. Políticas Públicas. 4. Conceição da Barra (ES). I. Rodrigues, Viviane Mozine. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 363.70071

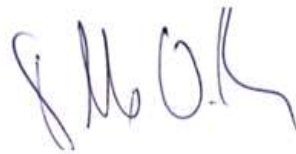
**ANDRÉ VIANNA NASCIMENTO**

**ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS DA PESCA ARTESANAL EM  
CONCEIÇÃO DA BARRA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES E O  
PAPEL DO ESTADO**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 26 de julho de 2021.

Banca Examinadora:



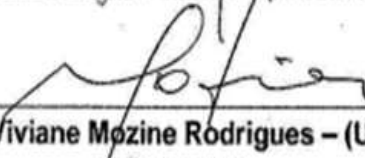
---

**Dr. Pablo Ornelas Rosa – (UVV)**



---

**Dr. Matheus Mazzilli Pereira – (CEBRAP/CEM)**



---

**Dra. Viviane Mozine Rodrigues – (UVV)**  
Orientadora

## **AGRADECIMENTOS**

Nesses anos de muita dedicação, muito estudo, esforço e empenho, se torna fundamental e grandioso o agradecimento. Por isso, deixo aqui, através de poucas palavras, mas muito sentimento, a importância que cada um deixou. Agradeço primeiramente à minha mãe, que me apoiou e me apoia durante toda minha caminhada acadêmica. Com palavras de incentivo e alento, nunca deixou que eu desistisse. Mesmo quando eu não enxergava saída devido a nebulosidade de sentimentos, ela clareava o meu pensar. Eu te amo.

Aos meus amigos de longa data, que me apoiaram em momentos difíceis e entenderam que esse momento de foco eu deveria me manter um pouco distante. Mas estaria sempre presente.

À minha orientadora, Viviane, pela prontidão, pela força, pelas orientações necessárias, e por sempre confiar em minha capacidade. Agradeço também ao projeto PEA Redes de Cidadania, que além do financiamento, me abriu portas e visões de pesquisas, de jornadas, metodologias e estudos acadêmicos. E me permitiu conhecer novos colegas e amigos com quem aprendi bastante.

Não menos importante, queria agradecer aos amigos e colegas do mestrado e do PEA Redes de Cidadania. Partilhamos momentos difíceis, alegres, e de muito aprendizado juntos nessa caminhada. Fico feliz que tenha encerrado dessa forma, com muita união.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>vi</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. A RELAÇÃO ESTADO-ORGANIZAÇÕES SOCIAIS À LUZ DAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS .....</b>	<b>19</b>
<b>3. A PESCA EM CONCEIÇÃO DA BARRA, ES, A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DA ATIVIDADE PESQUEIRA. ....</b>	<b>24</b>
3.1. Políticas públicas nacionais pesqueiras: um breve histórico. ....	24
3.2 Políticas públicas pesqueiras em Conceição da Barra e a relação com a política nacional. ....	35
<b>4. ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PESCA ARTESANAL: HISTORICIDADE, CAMINHOS E INTRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA. ....</b>	<b>39</b>
4.1 Relação Estado e as organizações da pesca: um breve histórico. ....	39
4.2 Conceição da Barra e as estruturas organizativas pesqueiras: história e contemporaneidade.....	51
<b>5. VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE PESCADORES DO MUNICÍPIO SOBRE O DIÁLOGO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES PESQUEIRAS E O ESTADO.....</b>	<b>59</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>67</b>
<b>7. REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>70</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa político e geográfico de Conceição da Barra.....	11
<b>Figura 2.</b> Jornal “A NOITE” com a manchete sobre a pesca. ....	42
<b>Figura 3.</b> Sr Helomar Paula Moraes na frente da Colônia Z2, Vitória, ES. ....	46
<b>Figura 4.</b> Foto da fachada da colônia de pescadores Z1.....	51
<b>Figura 5.</b> Inauguração do Mercado.....	53
<b>Figura 6.</b> Lista de Agentes da Marinha.....	54

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Cronologia das políticas públicas para a pesca no Brasil (1919-2018).....	26
<b>Quadro 2.</b> Relações entre as associações pesqueiras no município de Conceição da Barra.....	57

## RESUMO

NASCIMENTO, André Vianna, M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, julho de 2021. **Estruturas organizativas da pesca artesanal em Conceição da Barra: uma análise das relações e o papel do Estado.** Orientadora: Viviane Mozine Rodrigues.

As políticas estatais, em particular a partir do século XX, estão extremamente atreladas a história da pesca artesanal. Sendo voltadas, em sua maioria, para uma forte regulamentação, uma institucionalização e um controle rigoroso. No que diz respeito as organizações pesqueiras, as políticas estatais vão na mesma linha. Esse estudo tem como objetivo ampliar as pesquisas sobre as organizações pesqueiras e a relação destas com o Estado por meio das políticas públicas. Desde o século XIX até os dias atuais. Evidenciando as percepções dos pescadores sobre as organizações (Colônia e Associação) e das políticas públicas vinculadas a elas. Assim, o presente trabalho primeiro sistematiza e analisa, por meio de registros documentais como revistas, jornais, sites, atas, as ações políticas do governo, primeiro de uma maneira geral, no litoral brasileiro, e depois de uma maneira específica, em Conceição da Barra, no que diz respeito as estruturas organizativas da pesca artesanal. Depois, entrevista de forma semiestructural e a distância, devido a pandemia da Covid19, três pescadores ligados a organizações pesqueiras no município. Conclui-se uma relação intrínseca entre as políticas públicas no decorrer do litoral pesqueiro brasileiro com a do município de Conceição da Barra, refletindo nas relações entre associações e Colônias. Relação histórica, desgastada e conflituosa entre o Estado e as estruturas organizativas pesqueiras.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Colônia; Associação; Pesca Artesanal.



## ABSTRACT

NASCIMENTO, André Vianna, M.Sc, University of Vila Velha – ES, July de 2021. **Estruturas organizativas da pesca artesanal em Conceição da Barra: uma análise das relações e o papel do Estado.** Advisor: Viviane Mazine Rodrigues

The state policies, particularly from the 20th century onwards, are closely linked to the history of artisanal fishing. Being mostly aimed at strong resistance, institutionalization and strict control. As far as fishing associations are concerned, state policies go along the same lines. This study aims to expand research on fishing associations and their relationship with the State through public policies. From the 19th century to the present day. Evidencing the fishermen's perceptions about the associations (Cologne and Association) and the public policies linked to them. Thus, the present work, first systematizes and analyzes, through documentary records such as magazines, newspapers, websites, minutes, as political actions of the government, first in a general way, on the Brazilian coast, and then in a specific way, in Conceição da Barra, with regard to the organizational structures of artisanal fishing. Then, semi-structural and remote interview, due to the Covid19 pandemic, three fishermen linked to fishing associations in the municipality. It concludes an intrinsic relationship between public policies along the Brazilian fishing coast with a municipality of Conceição da Barra, reflecting on the relationship between associations and colonies. Historical, worn and conflicting relationship between the State and fisheries organizational structures.

**Keywords:** Public policy; Cologne; Association; Artisanal fishing.

## 1. INTRODUÇÃO

As relações sociais e seus processos de reproduções no mundo moderno, se intensificam, em uma otimização de uso e apropriação desde a segunda metade do século XX, através da sociedade de consumo, do *Welfare State*, da mídia e de toda expansão que se seguiu à 2ª Guerra Mundial. A aceleração dos “progressos” técnico-científicos juntamente com o enorme crescimento demográfico, faz com que se deva empreender numa corrida para a dominação da Terra (GUATTARI, 2012).

Nesse sentido, os sistemas econômicos concomitantemente com modelos de governos, sem exceções, se caracterizam por uma ótica da competitividade, dá aceleração do desenvolvimento econômico em prol do lucro e reforçam cada vez mais o sentimento de “donos” da natureza e controladores das atitudes humanas. Tais atitudes geram reações adversas e, as vezes, insustentáveis: desastres ambientais, eventos catastróficos, pandemias, desterritorializações, exclusões, deslocamentos e remanejamentos sociais (GUATTARI, 2012; LIPIETZ, 2002).

Tais reações citadas geralmente ocorrem de formas desiguais em diferentes grupos. Visto que a sociedade de mercado é intrinsecamente desigual, as pessoas ou grupos socialmente mais vulneráveis são mais expostos. E um dos setores que, no Brasil, está exposto a processos crescentes de vulnerabilização, socioambiental, é o setor da pesca artesanal (AZEVEDO; PIERRI, 2018).

Um aspecto muito ligado ao processo de vulnerabilização que o setor da pesca artesanal sofre se dá, dentre vários outros aspectos, em decorrência da ação do Estado. Por meio de suas políticas que, desde o início do século XX tem o foco no desenvolvimentismo, atrelado ao acelerado processo de industrialização da pesca. Assim,

A ação do Estado no Brasil buscou, historicamente, conduzir, segundo seus interesses e os das elites econômicas, os pescadores artesanais à modernidade, através do tutelamento político e da transformação da força de trabalho desses trabalhadores em reserva naval para a Marinha Brasileira, e, depois, em mão de obra para as formas capitalistas de produção (pesca industrial e, recentemente, aquicultura), quando não promoveram a busca pelo fim da pescaria artesanal em várias localidades no país (RAMALHO, 2014, p. 2).

A utilização das políticas públicas para controle dos pescadores foi muito visível, também, no quesito organizacional. O surgimento das Colônias, as liberações para criação de associações com ressalvas políticas, a falta de autonomia para lideranças nessas organizações e o coercitivo contato do Estado com estas,

anunciaram a existência de projetos sociopolíticos e econômicos vinculados a teses de modernização dos pescadores, formação de força de trabalho, nacionalização e militarização. No sentido em que, para a execução de tais teses, o controle das organizações era imprescindível para o Estado e para elites econômicas brasileiras.

Assim, as políticas que poderiam contribuir para melhoria da população pesqueira passam longe em muitas comunidades, faltando assistência à saúde, educação, políticas favoráveis a pesca artesanal e também no que diz respeito ao controle dos pescadores, pois embora a hegemonia política das colônias venha sendo desmontada, elas continuam exercendo tutela sobre os pescadores, e as associações não apresentam um ponto forte de apoio e de consenso para muitos pescadores.

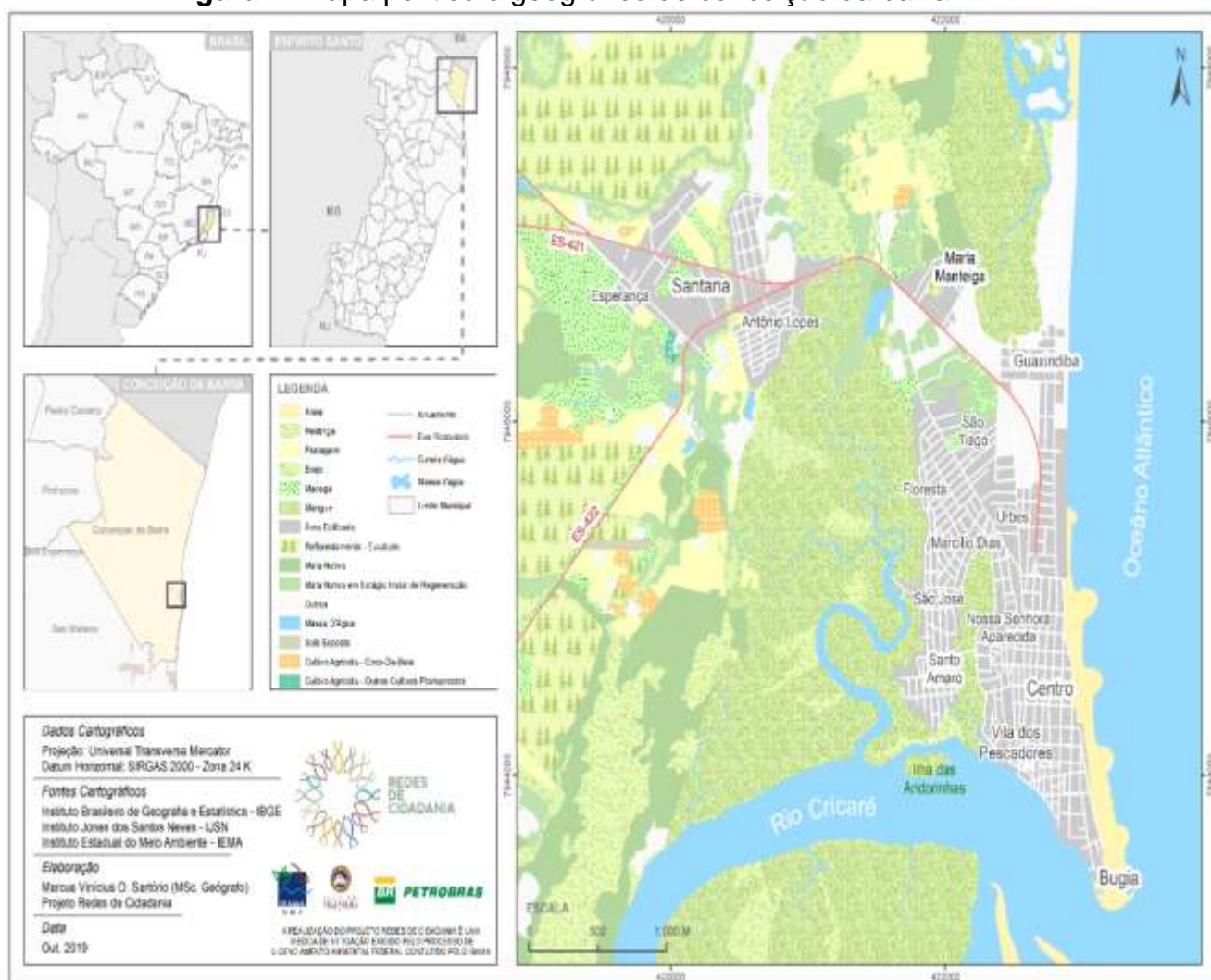
Neste sentido, este trabalho visa atrelar a condição das políticas públicas no quesito das organizações aos processos vulnerabilizantes que recaem as organizações dos pescadores do município de Conceição da Barra- Espírito Santo. Tentando conectar o âmbito macropolítico – as políticas públicas- ao âmbito micropolítico- as relações entre as organizações pesqueira no município de Conceição da Barra. Para tal fato, o trabalho trouxe registros e relatos históricos da relação sociedade civil-estado, atrelado a referencias teóricas contemporâneas que estudam esse diálogo de uma forma não normativa e não dicotômica entre Estado x Sociedade.

Ou seja, autores que enxergam a relação Estado e organização da sociedade civil como uma dinâmica fluída, com interesses, histórias, cálculos políticos e culturas. Por fim, e não menos importante, o trabalho também trouxe relatos de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas, à distância, com pescadores que mantem vínculos com organizações de pesca artesanal.

O município de Conceição da Barra é considerado um dos municípios mais antigos do estado do Espírito Santo. Localizado ao extremo norte do Estado e ao Sudeste do país (figura 1). Sua distância é de 265 km da capital, Vitória, e, segundo o IBGE (2010), conta com uma população estimada em 28.449 habitantes. Datado dos anos 1500, sua fundação se deu a partir da localização estratégica para os portugueses, que deram o nome de Vila da Barra de São Mateus. Somente no dia 6 de outubro de 1891 se tornou Conceição da Barra (IBGE, 2010; MARTINS et al, 2014; LIMA, 1995).

#### **FIGURA 1: MAPA POLÍTICO E GEOGRÁFICO DE CONCEIÇÃO DA BARRA.**

**Figura 1.** Mapa político e geográfico de conceição da barra.



Fonte: Projeto de Educação Ambiental - PEA Redes de Cidadania, 2019.

Para Margareth Fernandes (2014) a cronologia histórica de Conceição da Barra pode ser dividida em três períodos: 1) Século XVI, com a ocupação colonial. Onde tanto Conceição da Barra quanto seu vizinho ao Sul, São Mateus, se tornaram importantes pontos de trocas de produtos. Abrigando o comércio de farinha de mandioca, abóboras e de escravos ao servir as navegações de cabotagem que atendiam as Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro (RUSSO, 2009; Lima, 1995); 2) final do século XIX com a inserção do município na economia do café; 3) a partir do século XIX, em que a dinâmica capitalista moderna atrelou Conceição da Barra às mudanças socioeconômicas do capital industrial. Com a implantação e expansão da monocultura do eucalipto e da cana de açúcar, a exploração de petróleo, a urbanização da costa norte capixaba e a subordinação da pesca artesanal à pesca industrial. Então, a partir da metade do século XX a pesca artesanal ficou intensamente subordinada a industrial, e com um dos mais movimentados portos de

trocas de produtos do estado, bem como com a proximidade de pesqueiros importantes- arquipélagos dos Abrolhos, mar do Rio Doce e mar de São Mateus- Conceição da Barra assumiu a pesca como a principal atividade de subsistência, fonte de emprego e de renda.

Na mesma época, com o objetivo de militarizar os pescadores e industrializar a pesca artesanal, o governo brasileiro instalou a primeira Colônia de pesca do Espírito Santo em Conceição da Barra, a Colônia Z1<sup>1</sup>. Além do Estado brasileiro, empresários de outras regiões viram Conceição da Barra como um local para investimentos no setor pesqueiro, principalmente pelo porto herdado da época da exploração madeireira. Então, até 1980 a cidade contava com três empresas de pesca e com uma exigência da pesca industrial sobre a pesca artesanal grande. No entanto, a partir dos anos 80 em diante, a pesca artesanal entrou em colapso na região. Nos anos 90, algumas políticas públicas nacional e regionais suprimiram o baque da pesca no município, mas não há falta de organização política entre os pescadores. Segundo os dados do início do século XXI, a pesca artesanal marítima e familiar representa 60% da pesca na cidade. Grande parte da população utiliza a pesca artesanal para o seu sustento e de sua família (FERNANDES, 2007).

No que diz respeito às organizações pesqueiras, até a extinção da ditadura militar, a única organização política pesqueira que tinha contato com o Estado era a Colônia de pescadores<sup>2</sup>, colônia Z1, nomeada de Comandante Ferreira da Silva e criada pelo Estado no ano de 1924. Sendo a primeira do Estado do Espírito Santo, estrategicamente pensada à utilidade do Governo Federal e das empresas nascentes na época. O controle por parte do Governo Federal às colônias se postergou por 60 anos, no século XX.

Foi quando, devido a intensa pressão de movimentos pesqueiros, juntamente com apoio de alguns movimentos ligado à Igreja, no ano de 1985, o Estado Federativo criou a Constituinte de Pesca e admitiu algumas políticas pesqueiras na Nova Constituinte de 1988. Dentre as políticas favorecida aos pescadores estavam: a livre criação de Associações Pesqueiras, a equiparação das colônias aos Sindicatos

---

<sup>1</sup> Com uma ótica dupla de militarização e industrialização da pesca, na Primeira República, a partir do ano de 1912, as Capatazias foram transformadas em Colônias de Pesca. Depois de 1920, foram multiplicadas ao longo de todo litoral do Brasil, no comando do oficial da Marinha Capitão Villar. Em Conceição da Barra, a colônia foi criada por volta de 1920, sendo a primeira e por isso chamada Z1. Segundo informações do projeto Redes de Cidadania.

<sup>2</sup> Excetuando os movimentos pesqueiros que se reuniam e reivindicavam seus direitos.

e de eleições diretas a presidência das colônias (FERNANDES, 2007). Porém, a partir disso a colônia adquiriu, na prática, uma própria característica, pois:

[...] Uma colônia de pescadores, porém, ultrapassa o caráter sindical – representativo e reivindicatório da categoria – tendo também prerrogativas de permitir o exercício formal da profissão e auxiliar na organização do ciclo produtivo da pesca, mediante a busca e obtenção de financiamento, solicitações de licença de pesca, registro de embarcações e assim por diante. Além disso, normalmente uma organização como esta é o próprio local em que parte significativa do trabalho se desenvolve: nela vendem-se produtos resultantes da atividade, pois as sedes das colônias de pesca muitas vezes são também mercados de pescados. As colônias, ainda, assistem seus membros nas dificuldades de sobrevivência que enfrentam, às vezes possuindo estrutura de atendimento à saúde, com consultórios médicos e odontológicos e, até mesmo, farmácias. (HOROCHOSKI, 2007, p.20)

Com isso, nos anos 1990 a Prefeitura de Conceição da Barra concedeu autonomia a colônia para criação do próprio estatuto e indicação do líder. Junto a isso instalou a Associação de Pescadores Barrenses (ASPEB). Seis anos depois, pescadores da cidade criaram a Associação dos Camaroeiros de Conceição da Barra (ACCB), que teve grande importância na organização dos camaroeiros de Conceição da Barra. De sua organização forte, as mulheres criaram uma organização anexa, com o objetivo de beneficiar o pescado trazido do mar. Com isso, no ano de 2003, é criada a Associação de Maricultores de Conceição da Barra (AMABARRA). Já em setembro de 2014, com o intuito de fazer oposição a Colônia, foi criada a Associação de Pescadores, Marisqueiros e Catadores de Caranguejo (APMCC), emplacando uma campanha de desfiliação da Colônia Z1, agregando os dissidentes ao seu quadro de associados<sup>3</sup>.

Em março de 2020, foram levantadas<sup>4</sup> quatro associações em funcionamento no município de Conceição da Barra. São elas: Associação de Pescadores, Marisqueiros e Catadores de Caranguejo (APMCC), Associação de Maricultores (AMABARRA), Associação de Proprietários de Embarcações, Pescadores e Marisqueiros (APROPESCAM) e Associação dos Pescadores e Marisqueiros do Porto Cajueiro (Cajueiro). Os sindicatos e a cooperativa de pesca artesanal que foram identificados em Conceição da Barra apresentam-se fechados, mas esses não serão objetos do nosso trabalho.

---

<sup>3</sup> Informações retiradas da base de dados secundários existentes no projeto Redes de Cidadania, junto com o agente de campo do projeto.

<sup>4</sup> Informação retirada do projeto Redes de Cidadania, junto com o agente de campo do projeto. Lembrando que está listada apenas as Associação identificadas pelo agente de campo e que estão em funcionamento. Associações, como ACCB, que estão desativadas, não foram listadas.

O número de Associações de Pesca existentes no município é maior em comparação aos outros municípios do Espírito Santo. Ronaldo Lobão (2016) em pesquisas sobre associativismos pesqueiros, levantou a dificuldade das associações se manterem únicas, que pode ser vista pela liderança fortemente enraizada e hierarquização dos processos associativismos. Porém, ele não adentra a respeito do papel do Estado nessas instancias. Já Martins, et.al (2014) em suas entrevistas com pescadores de Conceição da Barra, destacaram a necessidade que os pescadores elencaram de os associados assumirem processos rigorosos de comprometimento com associações e de cobrança com a liderança, ressaltando que há muitas divergências políticas. Sem também analisar qual papel do Estado.

No decorrer dos estudos de diagnósticos secundários e trabalho de campo na cidade notamos que as Associações Pesqueiras divergem entre si, por questões políticas, administrativas e eleitorais. Já a Colônia, sofreu um processo de impugnação das eleições, no ano de 2013, devido a suspeita de fraude eleitoral. A ação foi movida por um grupo de pescadores dissidentes, alegando que o estatuto não foi respeitado no processo eleitoral. Nesse ano de 2020, essa ação tramita no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). Assim, cabe analisar essas relações entre as estruturas organizativas e qual o papel do Estado para que diversas organizações fossem instauradas e para entender se existe, e em que medida, uma ligação entre a ação do Estado e a relação entre as organizações.

Nesse sentido, com um estudo de dados secundários, literaturas aproximadas de teses, dissertações, artigos e textos acadêmicos, juntamente com um levantamento do Projeto Redes de Cidadania e com trabalho de campo, notou-se um grande número de organizações, somado a disputas por representatividade pesqueira entre elas, atrelado ao grande número de conflitos existentes. Devido a isso, um problema emergiu: como e em que medidas as ações do Estado, referente as estruturas organizativas pesqueiras, se reverberam nas relações entre as organizações no município de Conceição da Barra?

Sob a ótica de estudar a relação das organizações sociais dos pescadores artesanais do município de Conceição da Barra, e a influência do Estado nessas instâncias de participação, o objetivo do trabalho é analisar a complexidade da relação entre o Estado, com suas políticas de estruturação organizacional, e as organizações em Conceição da Barra. Ou seja, compreender os conflitos, dilemas, consensos entre

as organizações de pesca e com o Estado, em âmbito micro a partir de influências de políticas macro.

Para realização desse objetivo, o trabalho é dividido em objetivos específicos: 1) Apresentar os autores que serviram de base para a pesquisa e trazer um debate entre eles, como conceitos de mutua-relação e ação coletiva combinado ao diálogo institucional. 2) Sistematizar dados sobre a transformação histórica a partir de políticas públicas nacionais da atividade pesqueira pelo Brasil e sua correlação com o município de Conceição da Barra. 3) Estruturar os modelos de organizações que foram introduzidas no Brasil, pelo Estado e como a comunidade de Conceição da Barra foi se entremeando no modelo implementado. 4) Explicitar as falas dos pescadores artesanais nas entrevistas de campo sobre o assunto, para por fim 5) compreender o papel do Estado e o reflexo causado nas intensidades das relações entre as associações e a Colônia no município de Conceição da Barra.

As técnicas metodológicas se dividirão em documentos secundários, como utilizar pesquisas, artigos, dissertação e teses relacionados ao tema, juntamente com levantamentos do Projeto Redes de Cidadania sobre a comunidade específica para servir de dados secundários. E dados primários, como as entrevistas com os atores fundamentais para a presente pesquisa. Técnica essa, em que o pesquisador se apresenta ao entrevistado e lhe formula algumas perguntas com intenção de obter dados que interessam a investigação, podendo ser definida como uma forma de diálogo, em que uma parte busca coletar informações e a outra se apresenta como fonte. Enquanto técnica de coleta de informações, a entrevista tem amplo valor pois pode-se ter a obtenção acerca do que as pessoas sabem, sentem, creem, esperam, desejam e pretendem fazer (GIL, 2008).

Existem vários tipos diferentes de entrevistas dentro de duas características primordiais: fechadas ou abertas. As entrevistas fechadas apresentam alternativas de respostas seguida das perguntas. Já as entrevistas abertas, apresentam dinâmicas de conversas que não se restringem apenas aos questionários, podem variar de acordo com o contexto, situação, localização e diálogo. Goldenberg e Leite (1997; 2008) destacam a entrevista aberta como certa para dar ao entrevistador liberdade de desenvolver cada situação e diferentes contextos, exigindo profundo conhecimento dos aspectos e fundamentos do objeto de pesquisa (GOLDENBERG, 1997). Dentro da entrevista aberta, a escolhida será a entrevista semiestruturada, ou, entrevista em profundidade (MORÉ, 2015). A grande



especificidade desta sobre outras técnicas é que ela permite avaliar atitudes do que é dito, de como é dito, reações, expressões e o que alguns autores chamam de o não dito, porém com uma certa atenção voltada para a estrutura do roteiro e para as perguntas formuladas, diferenciando de uma metodologia de história de vida, por exemplo. A entrevista em profundidade, ou semiestruturada, exige perguntas norteadoras, porém não se apega apenas aquela estrutura de roteiro. Tendo a narrativa como referência principal, o pesquisador busca eventualmente realizar outras indagações, na busca da compreensão do tema (MORÉ, 2015).

E para dar ênfase a um estudo organizacional e políticos dos pescadores artesanais, é interessante uma mudança de perspectivas, para enunciar os pescadores artesanais um discurso adequado a seu ser, e não ao ser do pesquisador. Já que cada realidade sociocultural produz seus próprios significados ou símbolos e quaisquer que sejam os sistemas de significações ou símbolos, ganhamos acessos a eles entendendo e tendo contato com o empírico e não encaixando em padrões unificados ou generalizados. (CLASTRES, 2017; GEERTZ, 1989). Mas, essa mudança de perspectiva deriva de uma educação, ou seja, de um deslocamento do seu próprio ponto de vista. De viver “*atencionalmente* com os outros” (INGOLD, p.408, 2016).

Em relação a escolha dos entrevistados, ela se deu devido a relação dos mesmos com a pesquisa. Serão entrevistados 4 (quatro) pescadores locais que são e foram representatividades formais. Ou seja, estão envolvidos com as políticas públicas entorno da pesca e também com as organizações pesqueiras. Por meio de um agente de campo<sup>5</sup> do projeto Redes de Cidadania, foram identificadas três lideranças de três associações diferentes, sendo um deles vereador do município. Além deles, um pescador que atuou durante anos dialogando entre a pesca e ações do estado, trabalhando na prefeitura do município.

O questionário foi preparado com oito perguntas, seguindo a estrutura dos capítulos do trabalho em questão. Ou seja, a primeira pergunta direcionará o assunto, sobre as políticas públicas na pesca. A partir da segunda pergunta até a última, o entrevistado responderá sobre a relação dessas mesmas políticas públicas, porém no quesito organizacional e sobre a relação entre as organizações: associação com associação e colônia com associação. O questionário está em anexo.

---

<sup>5</sup> Ligado ao PEA Redes de Cidadania, que mora na comunidade de pescadores.

É importante ressaltar três aspectos. O primeiro se refere a transcrição. Transcrever é necessariamente o ato de reescrever, mas sempre atento as representações que no oral existem e no papel não, como: as demoras, as repetições, as frases interrompidas e prolongadas por gestos, olhares, suspiros ou exclamações e as ambiguidades. Importante constatar que nunca se deve substituir uma palavra por outra, nem transformar a ordem das perguntas (BOURDIE, 1997). O segundo diz respeito ao entrevistado. As identidades das pessoas ficarão em sigilo, para todo e qualquer tipo de trabalho, as entrevistas foram realizadas por telefone, sendo gravadas e afirmadas pelos entrevistados para realização deste trabalho. Os nomes dos entrevistados foram alterados, permanecendo somente a inicial. Por último, e não menos importante, sobre o contexto em que vivemos. Devido ao isolamento social obrigatório, causado pela pandemia do vírus “COVID-19”, que a entrevista realizada foi distância, por meio de uma ligação celular, durando em média vinte minutos. É sabido a importância de um campo extenso, vivenciado e presencial, porém o contexto não permitiu que puséssemos vidas em risco.

Assim, alguns autores que fazem pesquisa à distância auxiliarão na metodologia. Ao fazer entrevistas a distância, Miller (2020) sinaliza que “um engajamento on-line é diferente para cada população com que você trabalha e, é claro, em diferentes níveis”. Nesse sentido, foram necessárias novas formas específicas de envolvimento com a população estudada e novas formas de fazer a pesquisa.

No entanto, cabe ressaltar alguns limites do trabalho de campo. O primeiro, e já dito, devido a uma causa externa. No contexto da pandemia da COVID-19, foi impossível a inserção na comunidade de forma presencial, com uma metodologia de entrevistas mais robustas e uma vivência do local. O segundo empecilho diz respeito aos entrevistados. Antes, o objetivo era dialogar com as respostas dos tomadores de decisão (aqueles que estão produzindo e aplicando as políticas públicas) com dos que “recebem” tal política (os pescadores artesanais intensamente atrelado as organizações). Mas, o trabalho em questão não conseguiu mapear adequadamente os tomadores de decisão e os poucos que foram localizados não aceitaram participar da entrevista.

É interessante pensar, para uma futura pesquisa, no olhar dos tomadores de decisão, suas ideias para aplicação das políticas públicas, como acontece – se acontece- a conversa entre eles e os líderes das organizações pesqueiras, pois para

analisar as influências das políticas estatais no contexto do município é necessário analisar não só o papel do Estado, como um ente distante, com suas leis, decretos, sua história e contexto de forma fria e já fixada em teoria, mas sim dos aplicadores, idealizadores e gestores dessas leis, decretos, influenciados pela história, cultura, cálculos políticos e contextos.

Mesmo assim, as políticas públicas aplicadas devem ser registradas em sites oficiais públicos e, nesse sentido, no site<sup>6</sup> da prefeitura de Conceição da Barra encontram-se decretos dos anos de 2006 até 2021, e pela busca feita não foi encontrado nada relacionado associações de pesca, sindicatos e Colônia. Em compensação, foram entrevistados pescadores que tem ou tiveram relações com as organizações de pesca no município, com perfis heterogêneos, antigas e atuais lideranças informais, sendo pescadores antigos, e formais, estando a frente de associações com diferentes visões. Dentro os entrevistados, um também é vereador.<sup>7</sup>

Também é interessante ressaltar que o presente trabalho não abordou os sindicatos e cooperativas como organização política e social pesqueira. Não o fez pois não se teve acesso a informações precisas de ambos e devido a extensão e desfoco do trabalho. Esse trabalho resolveu abordar as associações e a Colônia como as principais organizações pesqueiras dos pescadores, baseados em estudos secundários, literaturas aproximadas, registros históricos e o trabalho de campo. Por fim, os capítulos por vir seguem a lógica dos cinco objetivos específicos ditos nos parágrafos anteriores.

---

<sup>6</sup> PMCBARRA - Decretos ([conceicaodabarra.es.gov.br](http://conceicaodabarra.es.gov.br))

<sup>7</sup> Foi eleito no ano de 2020, sendo um dos mais votados de Conceição da Barra.

## 2. A RELAÇÃO ESTADO-ORGANIZAÇÕES SOCIAIS À LUZ DAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS

O presente capítulo discute as relações de grupos sociais organizados com o Estado, estritamente do ponto de vista teórico. Ou seja, analisar à luz das teorias sociológicas<sup>8</sup> a relação política institucional entre Estado e sociedade, analisando quais interesses, ações e símbolos que trazem e formam esse diálogo. Antes de adentrar, ressalta-se a importância de uma definição do que seriam tais grupos organizados ou estruturas organizativas.

Para Gohn (2004) as ações sociais coletivas que apresentam caráter sociopolítico e também cultural e visibilizam formas de organização e de expressão por suas demandas, podem ser denominados de movimentos sociais. Na prática, as formas de expressão e de organização adquirem diversas estratégias. Passando por negociações, pressões, passeatas, concentrações (GOHN, 2004). Desse modo os movimentos sociais podem cobrir áreas do cotidiano de difíceis penetrações, reivindicações e atuações. E podem ser vistos como coletivos de militantes, organizados por instituições como sindicatos, associações, partidos ou apenas em grupos militantes pela causa (GOHN, 2004).

Existe uma diferenciação entre movimentos sociais e ONGs, que não abordaremos nesse trabalho. Porém, é fundamental entender que as estruturas organizativas que estudaremos (associações e colônia de pesca) se encaixam em grupos que, Segundo Gohn (2004, p.147) movimentos sociais: “realizam parcerias com entidades da sociedade civil e política, tem grande poder de controle social, tematizam e redefinem a esfera pública por meio de contato com o Estado”.

A partir do final do século XX, os movimentos constituíram um entendimento de autonomia, diferente do passado. A autonomia não é ser contra tudo e contra todos, estando isolado ou de costas para o Estado. Segundo a lente de análise do presente trabalho:

Ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica mas também a proposta de resolução para o conflito em que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam mas tem o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania, construindo-a

---

<sup>8</sup> Teorias que envolvem movimentos sociais, políticas públicas e ações coletivas.

onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (GOHN, p.146, 2004).

Tal ótica representa uma análise não normativa para essa relação entre grupos sociais (formados por movimentos sociais de diversas formas) e instancias estatais, por meio de políticas públicas. Junto a ideia dinâmica dessa relação, ressalta-se também que os dados empíricos são fundamentais para essa agenda. Para Gutierrez (2018) é por meio da análise empírica que se confronta um olhar para o Estado e para a sociedade como esferas diferentes. No Brasil, o olhar empírico dessa relação, principalmente a partir da redemocratização foi fundamental:

É a atenta observação da realidade do período de redemocratização no Brasil que nos permite argumentar em favor de uma realidade em que essas relações são constantes, complexas, heterogêneas e com impacto em distintos setores sociais, em especial, as políticas públicas (GUTIERRES, p, 2, 2018).

Dentre algumas teorias que analisam a relação Estado-sociedade civil/movimentos sociais, está a teoria neo-institucionalista. Que surgiu contraria as perspectivas, que buscava decifrar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos, porém com decifrando o mundo político de forma diferente (HALL, TAYLOR, 2003). Além de que, historicamente, as teorias políticas em sua maioria tratavam as instituições políticas, principalmente o Estado, como fatores independentes para o ordenamento e o entendimento da vida coletiva (MARCH, OLSEN, 2008).

Esta teoria, que vem da ciência política, é dividida em três ramos diferentes: neo-institucionalismo histórico, sociológico e racional (HALL, TAYLOR, 2003). Mostrando que ela não constitui uma corrente única, porém convergentes na ideia de “analisar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos” (HALL, TAYLLOR, p. 194, 2003).

A grosso modo, o institucionalismo de escolha racional entende a relação mutua de Estado e sociedade ligada a uma intencionalidade humana. Na determinação das situações políticas, sob pretexto de um cálculo estratégico, somado a um papel das variáveis estruturais, sob forma das instituições. Então, um ponto importante dessa análise é que direciona a atenção ao papel da estratégia na determinação das situações políticas dessa relação (HALL, TAYLLOR, 2003). Porém, há dimensões da relação entre instituição e ação que talvez não sejam tão utilitárias e modeladas como pregam os teóricos de escolha racional. Assim, os

institucionalismo sociológico, definem e entendem como e aonde as instituições podem influenciar as preferências ou identidades dos atores, não sendo dadas. Cada ramo dessa teoria apresenta vantagens e desvantagens de análises. Por meio de uma concepção mais ampla, em que a racionalidade com o papel “calculador” e a cultura com seu papel “culturalista” interferem nesse contato (HALL, TAYLOR, 2003).

Nesse sentido, os institucionalistas que aderem o ponto de vista histórico, partem de um mundo cheio de instituições, em que as relações de poder inscritas nas instituições conferem a certos atores mais poder do que a outros. Porém, de igual importância a relação de poder, está a influência do percurso de cada instituição, sua criação e o caminho, por exemplo, chamado por alguns autores de “dependência histórica”. Visto isso, é importante analisar quanto determinadas políticas públicas devem as interações socioestatais do passado para uma melhor compreensão da permeabilidade estatal (LAVALLE, SZWAKO, 2019).

Portanto, esse processo histórico, apresenta dois pontos de vista. Do ponto de vista da política pública, significa que opções estatais anteriores reverberam nas mudanças posteriores, elevando o custo, dificultando ou facilitando determinadas decisões, por exemplo. E do ponto de vista da interação entre organização social e estado, refere-se ao que aquilo que é tomado como “início” da política pública contém uma origem social que também pesa nos rumos das políticas adotadas (LAVALLE, SZWAKO, 2019).

Utilizando conceitos e ideias importantes de James Scott, os autores Szwako e Lavallo (2019), partiram para uma análise dessa mesma relação chamada de institucionalização simbólica. Assim, trouxeram as disputas por categorias de classificações entre Estado *versus* organizações e movimentos da sociedade civil. Baseando se em dois exemplos empíricos de categorias (“gênero” e “agricultura familiar”) distintas e disputadas, concluíram que:

Se é verdade que as instituições do Estado produzem categorias e problemas sociais sobre os quais intervêm, não é menos verdade que organizações e movimentos da sociedade civil disputam e também fabricam categorias pelas quais reivindicam representar grupos ligados a injustiças e problemas sociais e por vezes deslocam as primeiras pelas segundas (LAVALLE, SZWAKO, 2019, p.431).

Com isso, podemos aferir que, mais uma vez, a mutua-constituição se dá de forma complexa, com atuações que se entrelaçam, se afastando ou não. Um olhar normativo faz com que ocorra uma incompreensão do Estado no que diz respeito a suas dinâmicas, sendo que “o Estado muda interativa e parcialmente sua cognição de

partes da população e do território” (LAVALLE, SZAWAKO, 2019, p.431). O mesmo ocorre com relação a grupos organizados da sociedade civil pois “pode levar também à subestimação da presença e do papel desempenhado por atores e atrizes civis na estruturação das categorias oficiais de classificação e das disputas em torno delas” (LAVALLE, SZAWAKO, 2019, p. 431).

É importante fundamentar essa dinâmica entre Estado e sociedade, com um olhar afeito aos entes de forma complexa, relacional, cultural e histórica. A partir das décadas de 1990 e 2000, que o Brasil experimentou a produção das políticas públicas envolvendo o contato com os movimentos sociais (LAVALLE, GURZA, et, al, 2018). No ano de 1990 o Sistema de Único de Saúde foi um exemplo e a partir de 2003, com o governo PT, a experimentação adentrou maiores níveis. Assim, ao lado da prática, os estudos foram se ampliando. Primeiro com uma literatura ufanista e militante e depois com pesquisas empíricas bem fundamentadas que mostraram a complexidade e limites dessa relação (LAVALLE, GURZA, et, al, 2018).

A criatividade na prática política foi acompanhada pela criatividade intelectual. Extrapolando o terreno das instituições participativas, as análises testaram os pressupostos de boa parte da bibliografia sobre movimentos sociais que os concebia como essencialmente externos a estrutura do Estado e que presumia que a proximidade de movimentos às instituições políticas implicaria necessariamente na sua desmobilização. Os estudos brasileiros mostraram o contrário: que movimentos podiam interagir sistematicamente com instituições estatais, em dinâmicas não necessariamente desmobilizadoras (LAVALLE, GURZA, et al, 2018, p.14).

Assim, a partir dos estudos da prática, ficou entendido que a normatividade separando os entes Estado *versus* movimento social ou sociedade civil é prejudicial tanto para entender a relação quanto para o futuro dos movimentos sociais ou ações coletivas que dialogam com instancias estatais. Seguindo a análise de Lavalle e Gurza, *et. al* (2018) este presente trabalho baseia-se em dois pressupostos que atuam simultaneamente para ir de encontro a ideia de que os entes Estado e movimentos sociais atuam de formas distintas, são eles:

Primeiro: os movimentos são profundamente influenciados pelas políticas públicas e pelas regras institucionais que definem suas formas de participação. Segundo: essas políticas e regras foram criadas em grande parte a partir de processos de construção institucional em que os próprios movimentos participaram (LAVALLE, GURZA, et al, 2018, p. 16).

Com esses pressupostos noções de teorias behavioristas dos anos 60 e 70, de que há apenas interação e uma separação conflituosa, são ultrapassadas, pois além da interação há uma mutua constituição e os atores nos movimentos e nas instâncias

estatais não apenas se inter-relacionam de forma fixa mas participam da construção destes (LAVALLE, GURZA, et, al, 2018).

As literaturas, principalmente advinda do neoinstitucionalismo histórico, demonstraram de maneira detalhada como distintas histórias de relação e organização entre sociedade civil e política pública resultam em uma variedade enorme de estruturas de acesso, tendo uma compreensão melhor do que acontece dentro do Estado e não só nos movimentos sociais. Já que “a permeabilidade do Estado é definitivamente heterogênea” (LAVALLE, GURZA, et. al. 2018, p.15).

Com isso, partindo destes pressupostos, alguns autores aliaram as novas lentes teóricas para análise dessa relação com novas metodologias. Gutierres (2018) quis entender o que tornou possível uma grande mudança institucional pela qual passou a política da assistencial social, sob o olhar da relação movimento social e política pública, adotando uma abordagem especificamente empírica, segundo ela:

Diante disso, nossa escolha foi adotar uma abordagem empírica que, focada na análise de trajetórias dos atores envolvidos com a construção da política de assistência social no Brasil, nos permitisse aprofundar os meandros das interações entre sociedade civil, Estado e partido (GUTIERRES, 2018, p. 86).

Usando a metodologia de análise de trajetória ancorada a história de vida, Gutierres (2018) acrescentou uma ótima contribuição para os estudos das interações socioestatais, pois analisou de âmbito microsociológico, com entrevista aos atores, as interações macrosociais, como a relação entre movimentos sociais e o Estado. Assim, além de demonstrar que existem múltiplos atores e efeitos na relação estado e sociedade civil, também contribuiu aumentando o leque de metodologia para estudar a relação de forma contrária a normatividade. Já que segundo Gutierres (2018, p. 111) “o aspecto bastante normativo que sempre guiou as análises de relações entre movimentos sociais, Estados e partidos”.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe-se a fazer algo parecido, com metodologias e objetos distintos, demonstrar a relação que se mantém entre os grupos políticos sociais (exclusivamente as associações e Colônia) e as ações do Estado, por meio de descrições históricas dessa relação e entrevistas semiestruturadas com atores desse meio.



### **3. A PESCA EM CONCEIÇÃO DA BARRA, ES, A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DA ATIVIDADE PESQUEIRA.**

#### *3.1. Políticas públicas nacionais pesqueiras: um breve histórico.*

O presente capítulo pretende apresentar a cadeia lógica temporal das políticas públicas da atividade pesqueira, para com isso deixar claro ao leitor qual a relação das políticas públicas nacionais no território brasileiro e depois em um município no Espírito Santo.

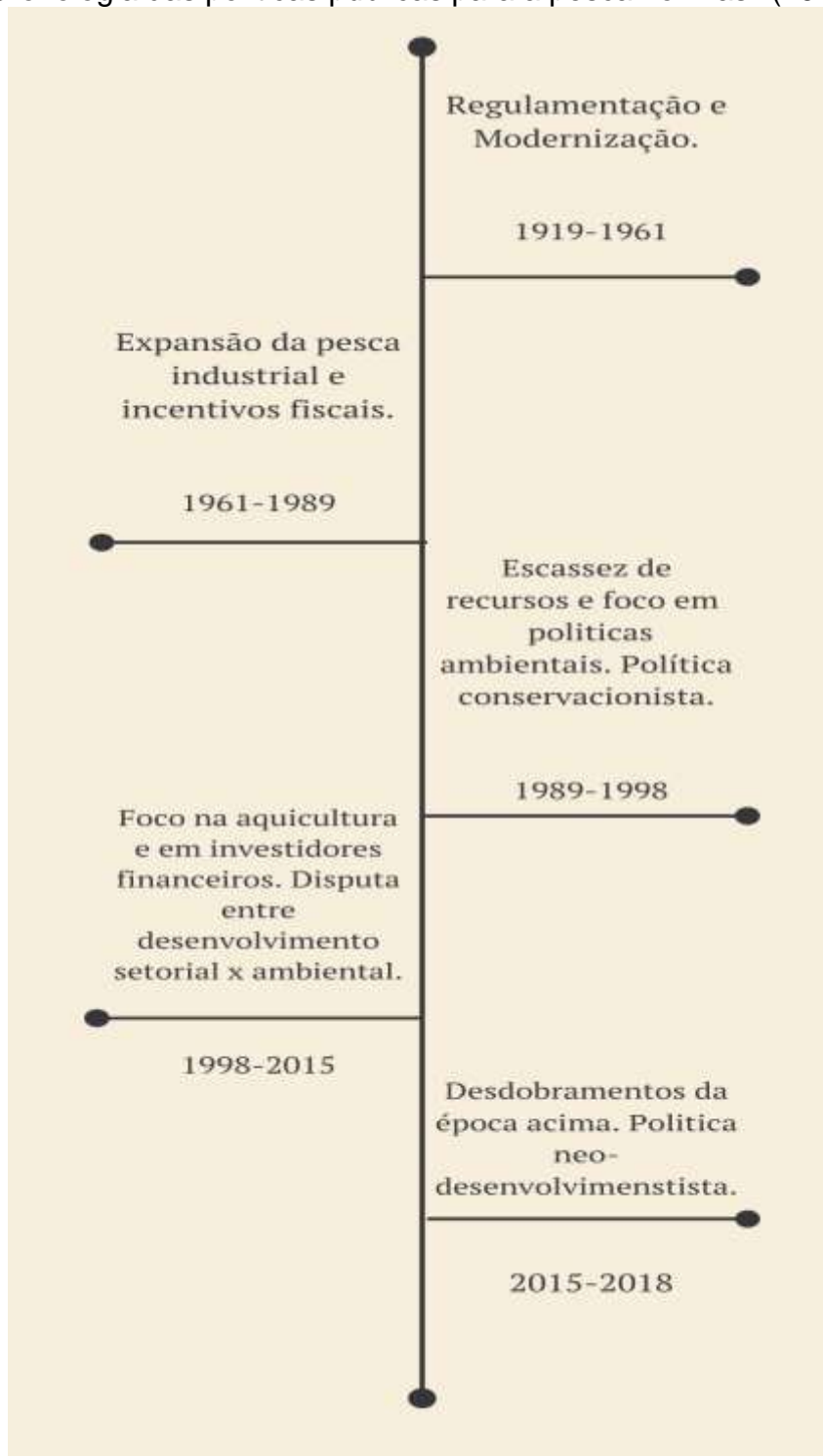
Existem diversas definições acerca do termo políticas públicas. Tanto em debates acadêmicos quanto em debates políticos-institucionais. E apesar de diferentes visões, abarca um entendimento acerca de ações ou decisões de atores públicos- ou que pelo menos entraram em contato com- afim de resolver um problema coletivo.

Em sua definição analítica sobre políticas públicas KNOEPFEL; et.al (2012) traz alguns elementos constitutivos que concretiza o termo, tais como: solução de um problema público e existência de atores públicos e/ou atos formalizados, envolvidos. Já Pereira (2008) associa o termo política pública a uma política de ação. Ou seja, não pode ser controlada exclusivamente pelo Estado e nem pelo por um ente privado e sim pelos cidadãos. Parsons (2007) conclui que o termo compreende a dimensão de uma atividade que requer uma regulação ou intervenção social, governamental ou comum. Neste trabalho, usaremos a primeira definição dada nesse parágrafo, para elucidar a relação entre o Estado- com suas políticas públicas- e a pesca.

Nesse sentido, as políticas públicas do Brasil, relacionadas a pesca, remetem a um passado longínquo. Sendo voltadas para uma forte regulamentação e institucionalização, por meio de uma atuação efetiva da Marinha do Brasil, e de alguns Ministérios. Foi a partir da década de 1840 que surgiram as primeiras legislações de âmbito nacional para o setor da pesca. E surgiram devido alguns motivos: o primeiro foi à falta de marinhagem na Armada Imperial. O segundo, por questões políticas externas que necessitavam de reforço na época - como defesa das fronteiras meridionais na região do Prata, contra Argentina e Uruguai; conflitos internos separatistas ou populares. E o terceiro ponto decorreu de desavenças com a Marinha Britânica, tendo negociações emperradas e acirradas devido a proibição do tráfico de escravos.

Um outro motivo pouco discutido na literatura refere-se a imagem da Marinha perante ao Poder Federal. Para Ramalho (2014) havia uma grande desconfiança do governo com sua força naval, pois era acusada de defensora da monarquia e contrária ao sistema vigente, que era republicano. Assim, para mudar sua imagem, a Marinha tinha a ideia de nacionalizar a pesca, tendo o controle de toda região costeira do país. E para a resolução de todos os pontos expostos, as políticas visavam o controle dos pescadores. O capítulo abaixo destrincha o período de 1919 a 2018 no que diz respeito a política da pesca, em quatro períodos, que segue exemplificado no infográfico abaixo:

**Quadro 1.** Cronologia das políticas públicas para a pesca no Brasil (1919-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos de Cyrino (2018); Ramalho (2014); Azevedo; Pierri (2013;2018).

No início do século XX, a Marinha do Brasil, o Estado com um projeto desenvolvimentista e a elite econômica entraram em cena com uma estratégia de militarização e industrialização dos pescadores. Com o cenário nacional de expectativa do projeto desenvolvimentista, as elites econômicas dialogaram com o

Estado para apostar na modernização do setor, para elite, e na militarização do setor, para a Marinha.

Nesse sentido, para Cyrino e Trigueiro (2018, p. 48), tais motivações mencionadas direcionaram a Marinha a percorrer toda a costa do país com o projeto de “instruir” os pescadores e “sanear” suas formas de vida”<sup>9</sup>. O trabalho de Cyrino e Trigueiro (2018) resgata impressões da obra Missão do Cruzador José Bonifácio, que foi realizada entre 1919 a 1923 com objetivo de nacionalizar e regularizar a pesca no país, assim em relatos da obra, elas destacam:

As intenções da instituição militar naquele momento, quais sejam: definir um papel social para os pescadores da costa do país e, com isso, transformá-los em braço da Marinha, ou seja, um reforço para a segurança naval. É válido destacar que, no período da Missão, a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) acabara de findar, e o mundo vivenciava as tensões pós-guerra. (CYRINO; TRIGUEIRO, 2018, p. 49).

Importante salientar que, com a estratégia mencionada acima de consolidação das forças armadas, a Marinha atrelou os pescadores de forma organizacional, como sistema organizativo de categorias: Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores (CARDOSO, 2001). Assim, até os anos de 1980 os pescadores não tinham uma organização institucionalizada de forma autônoma. Segundo Fernandes (2007, p. 120) essa política da Marinha com relação a criação das instituições pesqueiras foi “uma camuflagem do Estado, por meio da Marina,” para “desarticular os pescadores e impedi-los de se organizar, além de não terem seus interesses representados”.

Das políticas públicas do Governo Brasileiro mais estruturantes no início desse século, podemos citar a criação da Inspetoria da Pesca, em 1912, as transformações das Capatazias em Colônias de pesca, a partir do mesmo ano, multiplicadas pelo litoral do Brasil pelo oficial da Marinha Capitão Villar, no ano de 1920, e a aprovação do primeiro Regulamento de Pesca, em 1923 (FILHO, 2017; FERNANDES, 2007).

Mesmo com a Inspetoria de Pesca não durando muito tempo, o Governo Vargas, com sua centralização do comando estatal, criou em 1934 o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), constituído de diversos órgãos, dentre eles o SCP (Serviço de Caça e Pesca) Quatro anos depois o SCP aprovou o Código da

---

<sup>9</sup>O trabalho de Cyrino e Trigueiro (2018) resgata impressões da obra Missão do Cruzador José Bonifácio, que foi realizada entre 1919 a 1923 com objetivo de nacionalizar e regularizar a pesca no país. As palavras que estão entre aspas referem-se a obra, trazida pelo trabalho das autoras mencionadas.

Pesca e a criação da Caixa de Crédito da Pesca. Nesse início de século até por volta de 1950, o Estado também passou a atuar em outras duas frentes de políticas públicas: assistencial social aos pescadores e familiares e pesquisas oceanógrafas e biográfica (FILHO, 2017). Nos anos de 1950 a industrialização pesqueira já mencionada foi avassaladora,

Em sua primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1956, Juscelino Kubitschek afirmava que, entre as mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, uma era a “nova mentalidade pesqueira”. As condições políticas e materiais estavam maduras, criando um ambiente com expectativas favoráveis para o setor pesqueiro dar um salto qualitativo. Os investimentos realizados até aquele momento contribuíram para ampliar a capacidade produtiva e, ao mesmo tempo, exigiam novas ações governamentais que garantissem a expansão das atividades pesqueiras. A pesca assumia cada vez mais um caráter industrial (FILHO, 2017, p. 389).

Com isso, nos anos 50 o setor pesqueiro se engajou no crescimento do produto interno bruto (PIB), cuja média foi de 7,2% ao ano. Segundo Filho (2017, p. 389), a modernização técnica do setor pesqueiro para essa década olhava para duas vertentes: maiores frotas pesqueiras com maiores armazenamentos e construções de maiores entrepostos e fábricas de gelo. Então, pode-se definir um período de 1919 a 61, como o período a pesca interessava ao poder público, a partir de necessidades da Marinha, e a Colônia foi um excelente exemplo. Portanto, cabe ressaltar a ideia de modernização da atividade pesqueira. Revelando uma vontade do Estado de transformar totalmente a pesca artesanal, juntamente com interesses da elite econômica, em mão de obra para produção e força de defesa.

Tal lógica de modernização revela uma vontade do Estado de transformar a pesca artesanal, juntamente com interesses da elite econômica, em mão de obra para trabalho e força de defesa. No entendimento de Ramalho (2004), desde o ano de 1919 até o ano de 1961, os pescadores como trabalhadores:

[...] interessaram ao poder público, a partir de necessidades exclusivas da Marinha Brasileira, ora para suprir seus quadros de marinheiros, ora para envolvê-los no seu projeto civilizatório nacionalista, incluindo-os, assim, na modernidade, segundo os interesses militares. Coube, nessa situação, aos pescadores a condição de subalternidade política, principalmente após o surgimento das colônias de pesca e a obrigação de se filiarem a elas para exercerem seu secular ofício. (RAMALHO, 2014, p.58).

Continuando no período de 1960, para a frota pesqueira foram incorporadas embarcações europeias (norueguesas e italianas) e japonesas, financiadas com recursos da Caixa Especial da Pesca (FILHO, 2017). Com isso, o volume de captura dos peixes aumentou, passando de 190 mil toneladas em 1955 para 326 mil toneladas em 1960 (FILHO, 2017; GIULIETTI E ASSUMPÇÃO, 1995).

Um ano depois, durante o governo de Jânio Quadros, o Governo Brasileiro criou o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), Filho (2017), citando Abdallah (1998), explica como funcionava a CODEPE:

O Codepe era composto por um Conselho Consultivo, um Conselho Diretor e uma Secretaria Executiva. No Conselho Consultivo, além de representantes dos principais ministérios, havia membros indicados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil (BB), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e órgãos vinculados aos armadores, à indústria da pesca e aos pescadores artesanais. A inclusão dos ministérios e, sobretudo, dos bancos de fomento, demonstrava o peso político e econômico que o setor estava tendo no Executivo federal. Dentro do movimento geral da industrialização brasileira, o setor pesqueiro buscava constituir-se como uma atividade industrial, com participação ativa nos bancos de fomento e com sua inclusão nos planos nacionais de desenvolvimento (Abdallah, 1998). (FILHO, 2017, p. 391).

O Codepe foi criado pois existiram graves problemas de coordenação da atividade pesqueira. Então, na tentativa de reunir todas as atribuições normativas pesqueiras, o Governo o instaurou (CYRINO; TRIGUEIRO, 2018). Tal criação foi uma espécie de ensaio para o ente a ser criado, que seria um ator protagonista no que diz respeito às políticas públicas pesqueiras, a Sudepe.

Uns anos depois, no dia 11 de outubro de 1962, baseada na Lei Delegada nº 10, sancionada pelo presidente João Goulart, o Estado criou a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - Sudepe, uma autarquia ligada ao Ministério da Agricultura, que resultou na incorporação do Codepe, da Caixa Especial da Pesca e da Divisão da Caça e Pesca (DCP), que era vinculada ao Ministério da Agricultura. Marcada pela expansão da indústria pesqueira, total desvalorização da pesca artesanal, fazendo uso de incentivos fiscais e tributários e medidas de créditos subsidiados para o setor pesqueiro. (AZEVEDO; PIERRI, 2014; CYRINO; TRIGUEIRO, 2018; FILHO, 2017).

Na lei de sua criação, ficou determinado pelo Estado Brasileiro que a Sudepe deveria apresentar, de três em três anos, um PNDP (Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca) definindo os investimentos públicos, as políticas públicas, as ideias para os investimentos privados, pesquisas científicas com relação a piscicultura e assistências técnicas e financeiras para os pescadores (FILHO, 2017).

Nos anos de 1963-1965 criaram-se o I PNDP<sup>10</sup>, que não foi executado, devido, principalmente, a ruptura democrática com o golpe civil-militar de abril de 1964. A ditadura instaurada impossibilitou uma Sudepe transparente, plural e

---

<sup>10</sup> Sobre o I PNDP e os próximos PNDPs, suas políticas e ações da Sudepe, consultar Filho (2017).

socialmente distribuída. Assim, os anos da Sudepe, de 1964, até a redemocratização (por volta de 1985-88), comandado pelos militares, privilegiou os interesses empresariais e um projeto de industrialização da pesca, por exemplo, Filho (2017) elenca a primeira grande mudança:

Foi a proposta do novo regulamento da pesca, aprovado por meio do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967. A exemplo dos regulamentos aprovados em 1912 e 1938, esse novo regulamento definiu os vários tipos de pesca, normatizou a prática da pesca e a utilização de instrumentos e equipamentos (incluindo as embarcações) e declarou a “indústria da pesca” como uma “indústria de base”. Com essa definição, a pesca passou a gozar dos mesmos privilégios que tinham os setores estratégicos da indústria, a saber: incentivos e isenções fiscais (FILHO, p. 393, 2017).

Nesse sentido, todo o período de ditadura militar, foi marcado pelo avanço econômico e um retrocesso social, com grande desigualdade entre ricos e pobres. Na pesca não foi diferente. O avanço da industrialização pesqueira, atendendo pedidos da elite apagou os interesses de pescadores artesanais. Na época da ditadura militar (1964-1985) as políticas de caráter social foram negligenciadas.

Para ilustrar a preferência de incentivos de políticas públicas da pesca industrial em detrimento a artesanal, o III PNPD ilustra perfeitamente: O plano tinha previsão de gastar 1,25 bilhão de cruzeiros, 68 mil para valorização da pesca artesanal e 690 mil para fortalecimento da pesca industrial (FILHO, 2017).

Importante ressaltar que as políticas públicas, de modo geral, insistiam nessa lógica de modernização das atividades pesqueiras. Revelando uma vontade do Estado de transformar totalmente a pesca artesanal, juntamente com interesses da elite econômica, em mão de obra para produção e força de defesa, desde os tempos de total controle da Marinha, até por exemplo, com a criação da Sudepe e do MPA.

Tal lógica de modernização vista revelam uma vontade do Estado de transformar a pesca artesanal, juntamente com interesses da elite econômica, em mão de obra para produção e força de defesa. No entendimento de Ramalho (2004), desde o ano de 1919 até o ano de 1961, os pescadores:

[...] interessaram ao poder público, a partir de necessidades exclusivas da Marinha Brasileira, ora para suprir seus quadros de marinheiros, ora para envolvê-los no seu projeto civilizatório nacionalista, incluindo-os, assim, na modernidade, segundo os interesses militares. Coube, nessa situação, aos pescadores a condição de subalternidade política, principalmente após o surgimento das colônias de pesca e a obrigação de se filiarem a elas para exercerem seu secular ofício. (Ramalho, 2014, p.58).

Já em 1973 foi criado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), por uma união entre a Sudepe, o Incra<sup>11</sup> e o BNCC<sup>12</sup>. Foram realizados cursos de qualificação para os pescadores artesanais, além de financiamentos para compra de motores e barcos (SUDEPE, 1976). Porém, quanto ao plano de assistir os pescadores artesanais, a Sudepe direcionava ações para as Colônias, através do sistema de cooperativas, a fim de que eles pudessem gerar rendimentos por meio delas, confirmando o papel de controle e tutela que as colônias de pescadores assumiram desde a sua criação, em 1919 (CYRINO; TRIGUEIRO, 2018). Por fim, os anos 70 ficaram marcados pelo fortalecimento e pela modernização da Sudepe, com olhos voltados para industrialização da pesca.

A partir dos anos 1980 a Sudepe realizou políticas de fomento para a pesca, deixando a pesca com uma estrutura física mais equipada para uma década que viria. Tal, que foi marcada pela abertura política, devido ao fim da ditadura e a redemocratização, com a Nova República, abrindo espaço para uma maior inclusão social, políticas distributivas e sociais. Assim, segundo Filho (2017, p. 401) a nova política pública dessa época foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República<sup>13</sup> fazendo críticas às políticas públicas anteriores, sobre o viés do compromisso social com a pesca artesanal.

Devido ao processo de abertura política com redemocratização, desde os anos 80, entrava em vigor uma Nova Constituição do Brasil. Assim, os pescadores artesanais queriam estar nela representados, principalmente no que diz respeito a organização entorno da pesca. No ano de 1985, depois de diversas manifestações, os pescadores artesanais, principalmente aqueles ligados à igreja católica, conseguiram junto ao poder público, planejar a Constituinte da Pesca. Cardoso (2001) explica que:

Surgida como decorrência da IV Assembleia Nacional dos Pescadores, em 1984, onde pescadores, agentes pastorais vinculados à Comissão Pastoral de Pescadores e técnicos do Centro Josué de Castro, discutiram a necessidade de transformação do Sistema de Representação da Categoria, este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos 80 (CARDOSO, 2001, p. 103).

---

<sup>11</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<sup>12</sup> Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

<sup>13</sup> Para saber mais sobre o Plano, consultar Filho (2017) ou Sudepe (1985)



A Constituinte Pesqueira impulsiona as organizações formais, como Colônias, Associações e Federações. Na nova Constituição<sup>14</sup>, o Governo estabeleceu a livre criação de associações pesqueiras e equiparou as Colônias de pesca aos Sindicatos, no que diz respeito às leis, a não interferência do poder público, dando autonomia legal as Colônias de Pescadores. No entanto, não se pode ter mais de uma Colônia na mesma base municipal. Sobre a Constituinte Pesqueira, e sua relação com as relações sociais será discutido no próximo capítulo.

O final dos anos 80 foi marcado pela desaceleração econômica, descrédito da ação Estatal e conseqüente força do discurso liberal econômico. A Sudepe já estava com pouca força política, devido aos resultados negativos dos planos que elaborava, denúncias de corrupção e submissão a outras instituições federais que executava políticas pesqueiras (FILHO, 2017; AZEVEDO; PIERRI, 2014).

O período das políticas públicas por meio da Sudepe (1962-1989), segundo Azevedo e Pierri (2014), pode ser descrito como um período governamental de caráter desenvolvimentista, com foco a modernização, ignorando práticas sociais e observando uma desigualdade social ampliada e aumento da pobreza. Assim, gerou um crescimento absurdo para a pesca extrativista, mas também uma sobrepesca<sup>15</sup> e esquecimento para com os pescadores artesanais.

Nesse sentido, no ano de 1989, o Estado Federativo criou lei Nº 7.735 que extinguiu a Sudepe, a Super Superintendência da Borracha (Sudhevea), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e incorporou todos esses órgãos ao Ibama, também criado com essa lei (FILHO, 2017).

Portanto, de 1962 até 1989, pode ser um período considerado um período de intensa vigência do controle da pesca por parte da Sudepe. Período que incluiu o governo militar junto com o órgão responsável pelas políticas para o setor pesqueiro. Implementando uma política desenvolvimentista, visando a pesca industrial. Por fim, considerando a conjuntura política, social e econômica do período em destaque, que foi o período de vigência da Sudepe, pode-se dizer que foi de caráter desenvolvimentista e com a lógica de modernização, ampliando a desigualdade social e aumento de pobreza. Cabe destacar nesse período também, algumas poucas ações

---

<sup>14</sup> Artigo 8º da Constituição Federal, aprovado em 1988.

<sup>15</sup> Pescaria em grande escala que se sobrepõe a níveis considerados regulares de pesca e que podem acarretar em dificuldade para pesca artesanal, extinção de espécies e desequilíbrios ecológicos.

da Sudepe foram voltadas para a pesca artesanal, como financiamento de motores. Por fim e resumidamente, foi o período marcado pela expansão da pesca industrial e incentivos fiscais para tal feito (FURTADO, 1982; DIEGUES, 1988; AZEVEDO, PIERRI, 2014; CYRINO 2018).

Na década de 90 o Ibama optou por uma política conservacionista e fiscalizatória. Durante quase toda década, realizou atividade de recuperação dos recursos pesqueiros, devido a situação de sobrepesca das décadas passadas e com rigorosa fiscalização, efetuando processo de defesa e proteção do meio ambiente (FILHO, 2017; AZEVEDO, PIERRI, 2014). Nesse sentido, uma política de grande destaque dessa década foi a criação do seguro-desemprego para pescadores artesanais durante a época de defeso. Apesar dessa política a atuação do Ibama nessa década foi mais equilibrada que a política exercida pela Sudepe, pois segundo Azevedo e Pierri (2014, p. 65) “não buscou formas de desenvolver a pesca artesanal, também não ofereceu subsídios e facilidades à pesca industrial”.

No final da década de 90, em 1998, ocorre a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) no interior do Ministério da Agricultura, com ideia de retirar a política fiscalizatória ambiental e retomar a política desenvolvimentista de décadas anteriores. Havendo um conflito de ideias entre o Ministério da Agricultura e o Ibama, que perdurou o ano de 2003.

O IBAMA ficou com a responsabilidade exclusiva da gestão das pescarias no Brasil no período de 1989 até 1998. Marcando o período. Alocando a política pesqueira a um órgão ambiental federal somada a adoção geral de medidas neoliberais que inibiram certos investimentos públicos. Também marcou esse período a escassez dos recursos pesqueiros, reduzindo os recursos fiscais e fazendo com que a política pública fosse voltada a questões estritamente ambientais (CYRINO, 2018; AZEVEDO; PIERRE, 2018).

O início do século XXI foi marcado politicamente pela eleição do Partido dos Trabalhadores com o governo do Presidente Lula em 2003. Conforme proposto pelo período de campanha eleitoral<sup>16</sup> foi criada a Secretaria Especial para Aquicultura e Pesca (SEAP) que afirmava seu papel de fomentador da pesca e uma política também desenvolvimentista.

---

<sup>16</sup> Por meio da Carta de Compromisso aos Pescadores.

Dados do governo<sup>17</sup> mostraram que de 2003 até o ano de extinção da Sudepe, em 2009, apesar do discurso de que os pescadores artesanais são os principais beneficiários do governo, na prática foi diferente. Em valores brutos, os gastos com os pescadores artesanais foram de 36%, com a pesca industrial 26%, com a Aquicultura 14% e o resto, 24%, com publicidade de gastos administrativos. Porém, considerando a quantidade de pessoas em cada setor, a realidade é desmascarada. Sendo que os poucos milhares de empresários no setor da pesca concorreram com os 700 mil pescadores artesanais (AZEVEDO; PIERRI, 2013).

No entanto, algo semelhante a década anterior ocorreu, conflitos de ministérios, dessa vez entre a SEAP e o Ibama/MMA. A fim de superar os conflitos institucionais o Brasil recebeu um assessoramento técnico da Organização das Nações Unidas (ONU), que apresentava três alternativas para resolução institucional: criar um Ministério, criar um novo Instituto ou criar uma agência reguladora com uma posição privilegiada (AZEVEDO; PIERRI, 2014).

Em 26 de junho de 2009, com a Lei 11.985, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no lugar da SEAP. No mesmo ano, aprovou-se o marco legal para a pesca no país, que instituiu a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, marcando o período chamado de desenvolvimento sustentável. Ou seja, colocar no mesmo enredo o crescimento econômico, cuidado ambiental e redução da pobreza (AZEVEDO; PIERRI, 2014). O marco legal também previa legalidades sobre pescadores artesanais:

Entre os avanços trazidos pelo novo marco legal estão o estabelecimento de que o ordenamento deve considerar as peculiaridades a pesca artesanal e garantir sua permanência, bem como o reconhecimento de toda a cadeia produtiva na atividade pesqueira, o que fundamenta a garantia de direitos previdenciários de trabalhadores de toda a cadeia (AZEVEDO; PIERRI, 2014, p. 68).

As definições sobre pescadores artesanais e industriais eram incongruentes e imprecisas, pois além de definições consideradas por muitos pescadores como erradas no que diz respeito ao tamanho das embarcações, havia uma sobreposição da definição, levando a armadores de pesca se beneficiarem de medidas que atendiam pescadores artesanais (AZEVEDO; PIERRI, 2014).

Outra política do governo aos pescadores artesanais também não se concretizou. Incrementando o Programa de Subvenção ao Óleo Diesel, que fora

---

<sup>17</sup> Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), 2010. Retirados do trabalho de Azevedo e Pierri (2013).

criado em 1997, beneficiou os combustíveis das embarcações de pesca industrial e, mesmo que prometido, não beneficiou a pesca artesanal. Aumentando o conflito entre os dois setores da pesca (AZEVEDO; PIERRI, 2013).

A expansão do crédito para o setor pesqueiro foi também uma política prioritária da época da primeira década do século XXI. Em 2010, o governo lançou o 1º Plano Safra das Águas, criando linha de crédito para pesca industrial oceânica e para a aquicultura. No mesmo ano, porém, incluiu os pescadores artesanais no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), mesmo com muitos limites e problemas na execução (AZEVEDO; PIERRI, 2013).

Portanto, do ano 1998 a 2015, o Estado se preocupa com a produtividade da pesca, principalmente a industrial e com enfoque a aquicultura, apostando na abertura de créditos e financiamentos com o mercado para o setor (CYRINO, 2018). Cabe ressaltar que esse período se estende ao presente momento, principalmente em regiões onde há desmatamento ou explorações de grandes empresas ou até mesmo com o desastre<sup>18</sup> ambiental causado pela Samarco e pela Vale. Que impossibilitaram pescadores de utilizar, viver e existir no local, visto que a própria vivência do pescador tem relação direta com seu modo de trabalho.

O período acima reverbera em desdobramentos até o ano de 2018<sup>19</sup>, com a preocupação na produtividade econômica, esse período pode ser considerado como neodesenvolvimentista. E as políticas voltadas para os pescadores artesanais são exclusivamente com o objetivo de reduzir a pobreza.

### *3.2 Políticas públicas pesqueiras em Conceição da Barra e a relação com a política nacional.*

O município de Conceição da Barra é um município visado pelas políticas estatais. Desde o século XVI, na ocupação colonial o Estado reconheceu Conceição da Barra e São Mateus- cidade vizinha- como importante ponto de troca de produtos, como farinha de mandioca, aboboras e também ponto de troca de escravos, ao servir as navegações que iam para as Províncias de Bahia e Rio de Janeiro (LIMA, 1995;

---

<sup>18</sup> Explicar o termo desastre e porquê do uso desse conceito e não crime ambiental, nem acidente ambiental. Ler depois.

<sup>19</sup> Esse estudo foi até os anos de 2018. Os anos de 2019, 2020 e 2021 (ano da escrita da dissertação) ainda estão sendo estudados e discutidos. O ano escolhido de 2018 se deu pois foi a última pesquisa que encontrei com respaldo científico.

FERNANDES, 2007). Passando pelo século XIX com a urbanização da costa norte capixaba e a subordinação da pesca artesanal à industrial e com o século XX, que desde o início, em 1920 criando a primeira Colônia de pesca do Espírito Santo em Conceição da Barra, com o objetivo de militarizar e industrializar os pescadores.

A política pública de caráter nacional dialoga muito com a do município. Como dito no tópico anterior, uma política desenvolvimentista em alguns momentos e conservacionistas em outros, com pouco incentivo direcionado à pesca artesanal. Voltada a reduzir o pescador a fornecedor de pescado e força de trabalho às empresas pesqueiras. Segundo os dados do SEAG (1981, p.5) a política pública da época, angariada pelo Plano Integrado de Desenvolvimento da Pesca no Espírito Santo visava “promover o desenvolvimento sócio econômico do setor pesqueiro, principalmente o do pescador artesanal de baixa renda”.

Algumas linhas de créditos foram criadas para pescadores artesanais, mas apenas ajudavam um pequeno número de pescadores, pois segundo Fernandes (2007, p. 147) no entorno das relações sobre as linhas de crédito havia a “existência de uma relação de clientelismo político, ou pelo fato do pescador artesanal envolvido ter como fator limitante a pequena renda, a inexistência de garantias, o limite do financiamento e o elevado preço dos equipamentos de pesca”. Em Conceição da Barra não foi diferente. Outro fator importante das políticas públicas no município refere-se ao processo fiscalizatório. Punindo o pequeno pescador e aliviando para as frotas pesqueiras industriais (FERNANDES, 2007).

Até o ano de 1950, Conceição da Barra tinha o segundo maior porto do Espírito Santo e navios de grande porte atracavam para carregamento de madeira, mandioca e abóbora. E como a cidade vivia isolada das outras, através dos navios os moradores mantinham contato com as cidades vizinhas e a capital. Porém, a partir dessa década, houve uma escassez de madeira e a pesca de camarão sete barbas passou a ser a principal fonte de renda do local.

Com a pesca em ascensão os anos seguintes foram de investimento de grandes empresas pesqueiras. Segundo relatos do PEA Redes de Cidadania,

Em 1967, após o decreto-lei 221, de proteção e estímulo à pesca em todo território nacional, houve a facilitação do acesso ao crédito rural e a isenção de impostos para aquisição de petrechos e equipamentos de pesca. Houve ainda a isenção de imposto de renda. (SANTOS, 2020, p. 12).

Grandes empresas relacionadas a pesca somaram a ideia de uma ótima área portuária com a política de incentivo fiscal, e se instalaram na cidade. Dessas empresas cabe destacar o Frigorífico Espiritosantense de Pescado Ltda (FRIESP), a Cia. de Pescados de Conceição da Barra Ltda. (BARRAPESCA) e o Frigorífico Guerra Ltda. O município contava também com uma exigência da pesca industrial sobre a pesca artesanal muito grande, como por exemplo: caminhões próprios para transporte, fábrica de gelo, salas de manipulação e processamento, cais de atracação e estaleiros para manutenção e reparo dos barcos (SANTOS, 2020; LOBÃO, 20016, MARTINS et al, 2014).

Nesse sentido, o período dos anos 70 foi, segundo relatos dos pescadores<sup>20</sup>, grandioso, pois garantia empregos diretos e indiretos. Além dos trabalhadores nas grandes embarcações, que vieram junto com as empresas, existiam trabalhos para beneficiamento de pescado nessas empresas, sobretudo para as mulheres (SANTOS, 2020).

Antagônica foi a década seguinte. E existiram algumas hipóteses, por parte dos pescadores da região, que justificam essa queda: o assoreamento do canal fluvial no estuário do rio São Mateus, impedindo a entrada de embarques de maior porte; a dificuldade de organização social política em associações e cooperativas e a implantação de uma política de intensa pressão sobre a produção, desviando a pesca artesanal para outros municípios<sup>21</sup> (MARTINS *et al.*, 2014).

Para suprir a queda da pesca industrial e artesanal e com a lei sendo efetivada a nível nacional, a prefeitura instalou a Associação de Pescadores Barrenses (ASPEB), uma cooperativa de pesca e um Núcleo de Atendimento ao Consumidor (NAC), tudo nos anos 90. (MARTINS *et.al*, 2014). Sobre as organizações sociais, o próximo tópico será exclusivamente para discussão das mesmas no município.

A partir do início do século XXI, as políticas públicas encontradas nesse trabalho no município de Conceição da Barra e referente a pesca artesanal foram de fiscalização e junto a empresas que atuam no município e se encontram em processo de licenciamento ambiental para compensação e mitigação ambiental, como a

---

<sup>20</sup> Entrevistas com alguns pescadores e o secretário de pesca realizada pelo PEA Redes de Cidadania, no mês de março de 2019.

<sup>21</sup> Trabalho feito em Conceição da Barra por MARTINS *et al.* , 2014 com entrevistas semiestruturadas com alguns pescadores artesanais, sobre o colapso de pesca de camarão a partir dos anos 90.

Petrobras. Existem projetos para ampliações do estaleiro, projetos fotovoltaicos e algumas ideias relacionadas a vendas de pescado, mas nada concretizado. Como elenca o pescador Leandro (2021) nos anos 2000 para frente o Estado “só coloca emenda parlamentar nas associações que estão regularizadas”. E como dito na introdução no site<sup>22</sup> da prefeitura de Conceição da Barra encontram-se decretos dos anos de 2006 até 2021, e pela busca feita não foi encontrado nada relacionado associações de pesca, sindicatos e Colônia.

---

<sup>22</sup> PMCBARRA - Decretos ([conceicaodabarra.es.gov.br](http://conceicaodabarra.es.gov.br))

## **4. ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PESCA ARTESANAL: HISTORICIDADE, CAMINHOS E INTRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA.**

### *4.1 Relação Estado e as organizações da pesca: um breve histórico.*

Com a exposição do capítulo anterior fica evidente que o Estado age diretamente nos caminhos que tomam o setor pesqueiro. Este capítulo visa sistematizar a relação que as políticas públicas apresentam nas estruturas organizativas de representação pesqueira. Para depois esclarecer como tal estrutura foi recebida em Conceição da Barra. Ou seja, entender em âmbito nacional as estruturações pesqueiras e sua relação com o Estado, e depois em âmbito municipal. Com o objetivo de, nos próximos capítulos, conectar com a ideia das relações entre as estruturas organizativas, a respeito dos conflitos entre as mesmas, e o reflexo causado nos pescadores artesanais.

Como dito no capítulo anterior, a maioria das políticas públicas no setor pesqueiro eram direcionadas as estruturas organizativas da pesca e todas com o objetivo final de controlar os pescadores. O presente capítulo reconstrói cronologicamente as políticas estatais de caráter organizacional no que tange a pesca artesanal.

No final do século XIX, espelhando-se em uma tática francesa adotada no ano de 1795<sup>23</sup>, A Marinha brasileira criou a chamada “Inscrição Marítima”, que obrigava todos os profissionais do mar a se apresentarem anualmente nas capitânicas dos portos de sua localidade, para depois serem recrutados de acordo com os interesses da Armada Imperial (SILVA, 1993). Todos profissionais abrangiam: pescadores artesanais, marinheiros e práticos. Já a inscrição voltada para os pescadores artesanais era chamada de “Distritos da Pesca”.

Nesse sentido, a prática de recrutamento se prolongou até a Primeira Republica, quando os pescadores não as aceitaram passivamente. No ano de 1897, quando surgia a primeira lei de recrutamento da República para a Armada, Silva

---

<sup>23</sup> Segundo Silva (1993) A “Inscrição Marítima” foi feita de forma totalmente diferente, visto que se tratava de um país cujos pescadores detinham uma tradição marítima. No Brasil, embora alguns pescadores portassem uma cultura correspondente, não para todas regiões. Como, por exemplo, no Pará, em que existiam pescadores-lavradores, que combinavam pesca e agricultura, que também foram incluídos ao recrutamento.



(1993) traz, em seu livro, a existência de, ao menos, duas revoltas significativas. A primeira, no Rio de Janeiro, no ano de 1903 e a segunda, no Ceará, no ano de 1904.

Em 1903, o conjunto de trabalhadores marítimos da capital do Rio resolveu fazer uma greve para resistir ao recrutamento, que foi resolvida devido a uma conversa com o Presidente da República Velha, ministro da Justiça e da Marinha. Já em 1904, o conflito foi maior. Segundo Silva (1993) No dia 3 de janeiro, pescadores, embarcações, remadores e práticos do porto resistiram à base de pedra e paus contra as tropas armadas. Resultando em quatro pessoas mortas no local e trinta gravemente feridas. Por fim, a resistência ao recrutamento fez com que nenhum agente marítimo fosse para a Armada Imperial.

Para sanar os conflitos e resolver a situação do recrutamento de outra forma, existiu uma solução baseada no consenso entre a oficialidade naval e pessoas que trabalham ao mar. Através da formação do *sistema de representação dos pescadores*. Com isso, os comandantes do Cruzador Auxiliar “José Bonifácio”, Frederico Villar, e em alguns momentos, juntamente com Armando Pinna, fundaram as primeiras oitocentas colônias de pescadores no Brasil entre os períodos de 1919 e 1923. Esse percurso tendo como alvo os pescadores, foi considerado pela Marinha uma campanha. Conhecida como Missão do Cruzador José Bonifácio. E o sistema de representação dos pescadores, proposto pela marinha, era composto por colônias ao nível local, federações de colônias ao nível estadual e confederação geral a nível nacional (SILVA, 1993; CYRINO, 2018; SUZA, 2020). Importante constatar que a confederação e a federação serviam como aparatos regulatórios, fiscalizatórios e gerenciais para as colônias. Estas, que possuíam e possuem outras funções, como elenca Fernandes (2007):

A função da Colônia de Pescadores, ao longo de décadas, limitou-se à distribuição de carteiras de pescadores e de remédios, serviços dentários e creches. Atualmente, além de desempenhar algumas funções acima, seu papel se resume em matricular pescadores, auxiliar nos pedidos de aposentadoria, benefícios sociais e seguro-desemprego (FERNANDES, 2007, p.121).

Já em relação aos comandantes, Frederico Villar e Armando Pinna, percursores da criação das colônias, apareciam em jornais da época<sup>24</sup> como ilustres oficiais da Marinha, que tiveram carreiras e caráters brilhantes e invejáveis. Um dia depois da morte de Armando Pinna, no dia 27 de abril de 1954, o Jornal “A noite” publicou uma nota extensa, em agradecimento ao oficial, além do anuncio da sua

---

<sup>24</sup> Jornais “A noite”, “Diário da Manhã”, “Revista ES”, “A voz do Mar”, “Estado do Espírito Santo”.

morte na capa. A nota também o chamava de culto, educado, estudioso e que se empenhava muito ao setor pesqueiro, dizendo: “Pode-se dizer que o comandante Armando Pina, foi, com o comandante Frederico, há mais de trinta anos, em memorável campanha, o pioneiro dessa reforma (*reforma pesqueira*). Era dos mais entendidos em piscicultura entre nós” (A NOITE, 1954).

O idealizador da política nacional de industrialização e militarização pesqueira, pela Marinha, era o Villar (RAMALHO, 2014). O comandante entendia que organizar os pescadores em colônias era um importante espaço de realização das políticas da Marinha. Em seu livro, escrito em 1945, intitulado: “A missão do Cruzador “José Bonifácio”<sup>25</sup> – os pescadores na defesa nacional – a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)”, o comandante relata que para o projeto colher frutos, os pescadores deveriam ser instruídos e saneados. Pois, “essa gente, com seus barcos, representará para a Marinha e para a Nação uma preciosa Reserva, de fácil mobilização para a defesa nacional” (VILLAR, 1945, p. 45).

Além disso, uma outra lógica também se fazia presente nos discursos do Villar, que era a questão ambiental. Para Ramalho (2004) faz-se interessante perceber como tal questão apareceu de maneira subordinada a militarização dos pescadores. Agregava-se ao discurso e dava maior força a modernização, nacionalização e industrialização da pesca. Para ele, as colônias seriam “postos de fiscalização da pesca, defesa da fauna e da flora aquática e dos processos de trabalho em nossas águas” (VILLAR, 1945, p.24). Porém, a questão ambiental só estava entre outras várias questões, como trabalhistas e educacionais, que foram forjadas para persuadir e convencer o controle da Marinha sobre a costa dos pescadores (RAMALHO, 2014).

Outra forma de persuasão no controle aos pescadores era a de se fazer parceiro, atacando empresários e algumas empresas que disputavam lugares com pescadores, com alguns discursos fortes. Frederico deferia ataque aos ricos, imigrantes e empresas que atrapalhavam a vida dos pescadores, enquanto se mantinham ao lado dos pescadores em alguns anúncios de condecorações, entrevistas e conferências sobre o problema da pesca e a questão pesqueira em jornais da época.

---

<sup>25</sup> O livro a Missão do Cruzador José Bonifácio contém os relatos das expedições entre os anos de 1919 a 1923. Publicada a sua primeira edição em 1945, apresenta o prefácio do Presidente Getúlio Vargas (Cyrino, 2018).

Como por exemplo, no dia 21 de novembro de 1931, foi publicado na segunda página do Jornal Diário da Manhã uma Conferência do Sr. Capitão de mar e guerra, Frederico Villar. Nela, ele elogiava alguns pescadores de Vitória, Cabo frio, Macaé e Santos, os chamando de “velhos mestres de pesca, apaixonadamente brasileiros, que nos ensinavam os segredos misteriosos da pesca em nossas águas” e que “estão a morrer miseravelmente, ignorantes e preteridos em seus mais legítimos direitos, nos recantos ocultos da nossa imensa costa” (Villar, 1931, p.2). A foto abaixo mostra o título da matéria que estava no jornal referido.

**Figura 2.** Jornal “A NOITE” com a manchete sobre a pesca.



Fonte: Jornal “A noite”. Site da biblioteca nacional <[www.bn.gov.br](http://www.bn.gov.br)> data: 03.02.2021.

Com juízos morais designados, preconceitos e estigmatizando os pescadores, o comandante, discursava que, apesar da ajuda da Confederação Geral dos Pescadores, os imigrantes, estrangeiros e milionários, atrapalhavam a vida dos mesmos na aquisição de seus direitos e suas terras:

Esses ali vivem pobres, tristemente abandonados, sem escolas primárias, sem noções de hygiene, sem escolas profissionais, e sem isenções, sem terras aforadas, sem facilidade de aquisição para os seus instrumentos de trabalho, que dispensamos liberalmente aos imigrantes estrangeiros, aos quais nada resgatamos” [...] Como aconteceu com a Colônia Z13, em Botafogo, um club elegante de milionários, como o Yacht Club do Rio de Janeiro, afora toda a praia e dali os expulsa e de nada os quer indenizar (VILLAR, 1931, p. 2)

Com o sistema de representação dos pescadores, a partir de 1919 a Marinha de Guerra começou a se apresentar aos pescadores como protetores dos mesmos. Então, no discurso de lideranças da marinha, como o do Villar, estava que as colônias serviriam para amparo social.

Essa ideia do sistema de representação dos pescadores, por meio da organização em colônia, federação e confederação, manifestou um caráter militar de defesa nacional e de desenvolvimento modernizador dessa política estatal. Na época, empresas nascentes de pesca faziam com que o Estado fomentasse uma campanha

para industrializar o setor pesqueiro. E a existência de mão-de-obra para braços amados da Marinha de Guerra se fazia necessário sob a ótica do Estado para “adestrar os pescadores numa ética militar” (Silva, 1993, p 87).

É importante destacar a ideia do autor Silva (1993) no que diz respeito a ideia por trás do sistema de representação pesqueiro feito pela Marinha. Segundo o autor, o sistema em questão foi montado segundo princípios corporativistas, ou seja, já que o sistema era feito para todos os “profissionais” que trabalham no mar, ele não era destinado a nenhuma classe ou grupo específico. Estando circunscritos pescadores embarcados e grandes empresários da pesca, por exemplo.

Com isso, não surgiu um órgão competente aos pescadores artesanais, que os representassem unicamente. Pelo contrário, foi criado um órgão misto para que os mesmos não se articulassem em classe sociais e formassem uma identidade em prol de seus interesses. Podando uma possível resistência ou - ao menos um enfrentamento- contra grupos de interesses diferentes, como burgueses com a lógica de industrialização ou militares com viés de militarização (SILVA, 1993; GUEDES, 1984).

A respeito da representatividade para os pescadores artesanais, sua caracterização já dificulta. O termo “pescadores artesanais” se dá de forma generalizada. Existem grupos de pescadores diferentes que esse termo abarca. Unificando uma diversidade ligada ao setor pesqueiro e até em seus organismos de representação. Nesse sentido, segundo (CARDOSO, 2001, p. 102) “daí talvez advenha a pouca visibilidade e mesmo o pequeno poder de pressão que essa categoria possui ante o restante da sociedade”. Assim, o autor propõe que o conceito de pescador artesanal deva ser visto apenas como uma lógica que “define uma oposição a uma outra modalidade de organização da atividade pesqueira” (idem). Ou seja, uma categoria que difere da pesca empresarial ou/e industrial, mas que se ramifica em vários subgrupos diferentes, com significados e símbolos próprios.

No que diz respeito às colônias implementadas, a primeira colônia os seus primeiros presidentes eram, em sua maioria, lideranças antigas, comissários, ligados a comércios locais ou de práticas marítimas. Com isso,

A anterioridade em relação às colônias dos laços de sujeição estabelecidos entre comissários ou comerciantes e pescadores constituiu, neste primeiro momento, o principal elemento de ordenação das relações de poder interna àqueles órgãos (SILVA, 1993, p. 92).

Ou seja, a criação das colônias e a relação com os pescadores associados refletiam atitudes preexistentes de dominação e hierarquização por lideranças tradicionais.

Essas lideranças atingidas foram se afastando algumas décadas depois, a partir da primeira metade do século XX, mas as trocas se constituíram em militares, políticos locais, médicos, advogado ou professores. Quase nunca de pescadores. Tais trocas reverberaram a lógica que militares e burgueses queriam verticalizar aos pescadores artesanais. Remodelar seus hábitos, costumes, símbolos, signos e estabelecer uma nova ética de trabalho (SILVA, 1993). Como por exemplo, tornar pescadores-lavradores em pescadores exclusivos, via organização do comércio de peixe.

Silva (1991; 1993) nos mostra que as confederações das colônias de Pernambuco e de São Paulo são bons exemplos destas atitudes. A primeira, pode ser vista pelo discurso de seu presidente, em 1928, que diz que os pescadores “precisam compreender a necessidade urgente e inadiável de adestrar-se nos modernos ensinamentos da pesca” (Silva, 1991, p.71). E as lideranças de São Paulo, em 1926, procuraram dissolver contratos com lideranças locais para desestruturar as relações de poder vigentes. Colocando, um ano depois, um gerente de empresa de pesca na presidência.

Em síntese, as mudanças nas lideranças das entidades representativas dos pescadores revelaram um novo sistema de representação. Não mais ligado ao sistema local e que significaram que militares e burgueses passaram a, unificadamente em todo litoral brasileiro, regulamentar a lógica vigente de modernização e defesa nacional.

Portanto, no fim dos anos vinte, Villar e seus agentes fundaram 800 colônias e cadastraram mais de 100.000 pescadores no país (RAMALHO, 2014). E pode-se dizer que um sistema que era pra ser de representação autônoma e própria dos pescadores – federação, confederação e colônias- foi um instrumento do poder público, que podou a participação popular e controlou de forma intensa a pesca e os pescadores. Tal controle, se revezava entre a Marinha e o Ministério da Agricultura.

Nesse sentido, no ano de 1933, a pesca passa, pela primeira vez, para as mãos do Ministério da Agricultura, através de uma divisão do ministério, chamada de Divisão de Caça e Pesca (DCP) e assim a Confederação Geral dos Pescadores

Brasileiros, feita pelo sistema de representação dos anos 20, subordinou-se a DCP.<sup>26</sup> De 1933 até o início dos anos 60, o comando sob a pesca se alternava entre o Ministério da Agricultura e a Marinha. Que depois ficou sob comando da Sudepe, até 1989.

Mesmo com uma ascensão grande de novas classes sociais, organizações autônomas operárias e sindicatos partidários da classe operária, no ano de 1930, o Estado forte de Getúlio Vargas impedia, impiedosamente, com grande repressão, que continuassem e que se proliferassem (RAMALHO, 2014; AZEVEDO E PIERRI, 2014; CYRINO, 2018).

Destaca-se que nesse período, no ano de 1941, foi elaborado um estatuto para as colônias, as categorizando como Sociedade Civil e facilitando à Confederação a intervir no momento que bem entendesse. Mais uma política que nos mostrou o real interesse do Estado pois, “essa constante elaboração de leis e códigos clarificou o teor manipulador e de controle sociopolítico imposto pelo poder público às pessoas que se dedicavam ao trabalho da pesca artesanal” (Ramalho, 2014, p. 42).

A partir de 1964, com o encetamento da ditadura militar no Brasil, o comando das organizações sociais pesqueiras voltou, um pouco mais forte, para a Marinha. Os quadros de dirigentes de todo sistema de representação, por força da lei, foram comandados por elementos da reserva naval e a Sudepe ficava responsável pela fiscalização e ajuda financeira das atividades. (TIMM, 1978; RAMALHO, 2014). Cabe ressaltar que, mesmo na ditadura, no final dos anos 70, a Pastoral dos Pescadores agenciou uma pequena mobilização, em especial no Norte e Nordeste do Brasil contra esse rígido controle.

No ano de 1983, uma revista do Espírito Santo, chamada “Revista ES”, fez uma entrevista, sob o comando do jornalista Hilton Fernandes Moreira, com o presidente da Federação de Pescadores do ES e concomitantemente presidente da Colônia de Vila Velha, Helomar Paula Moraes. Ver foto abaixo:

---

<sup>26</sup> O cadastramento de pescadores e dos seus barcos continuou como função da Marinha (RAMALHO, 2014).

**Figura 3.** Sr Helomar Paula Moraes na frente da Colônia Z2, Vitória, ES.



Fonte: Revista ES, 1983, p.7.

Assumindo o cargo de presidente da Federação em 22 de janeiro de 1977, Helomar substituiu um oficial da Marinha, Tenente Severino Silva, que foi brutalmente assassinado, e disse a revista que aceitou o cargo pois “o gosto do mar correndo nas minhas veias, a vontade de trabalhar, levaram-me a decisão favorável” (MORAES *apud* REVISTA ES, 1983, p.8). Tal substituição, apesar da morte do Tenente, já mostrava um novo comando na federação espírito-santense. Pela primeira vez, já não era comandado por alguém que trabalha para algum braço do Estado. Helomar, quando instigando pelo jornalista a dissertar sobre quaisquer observações referentes as Colônias de pescadores, ele menciona o que vem a ser pescador artesanal e a intensa relação do sistema de representação com o Estado, a Marinha e o ministério da agricultura, por meio da Sudepe:

As colônias de pescadores são os órgãos de representação de classe dos pescadores artesanais, aqueles que desenvolvem a pesca em regime de economia familiar, sem vínculo empregatício com as empresas do ramo. Reunidas entre si, as colônias constituem em Cada Estado sua federação e estas, por sua vez, constituem as Confederação Nacional dos Pescadores. Apesar de ser constituído por associações civis, o sistema recebe orientação normativa do Ministério da Agricultura (Sudepe) (MORAES *apud* REVISTA ES, 1983, p. 7)

Depois de destrinchar sobre o sistema representativo dos pescadores, foi perguntando especificamente sobre a relação das colônias com a Sudepe. O

presidente, respondeu que na lei sobre o Código da Pesca<sup>27</sup>, está escrito que as Colônias, Federações e as Confederações podem receber subvenções da Sudepe. Podem, não devem. E sendo opcional, as colônias sobrevivem de “doações, campanhas e minguados convênios para assistência social” (REVISTA ES, 1983, p.7).

Suscinta e marcante foi a declaração dele sobre as condições de vida dos pescadores artesanais capixabas. “Precárias, péssimas. Desassistência total”. Segundo ele, o pescador artesanal só tem ajuda das colônias e estas dão apenas “sofríveis assistências”.

Nesta época, o senhor Helomar presenciou uma grande mudança. Tal entrevista foi feita perto de uma época que as coisas tomariam outro rumo. O final dos anos 80, foi muito importante na organização social e política da pesca artesanal. Foi no período da pós ditadura que os pescadores artesanais se apresentam como um novo personagem social<sup>28</sup>. Como salienta Cardoso (2001), apesar do conhecimento dos mesmos em revoltas, resistências e acordos políticas e sociais – até ditas no primeiro capítulo- foi a partir dos anos 80 que os pescadores artesanais se destacaram como sujeitos políticos e sociais. Ganhando visibilidade a nível nacional, formulando propostas e ações para o setor e junto ao poder público. Portanto, podemos dizer que a partir dessa época os pescadores conquistaram um sistema de representação.

As políticas públicas que mais chamaram atenção no final dos anos 80 foram voltadas a organização social e política da pesca. Depois da Constituinte da Pesca, conseguida por meio de Assembleias Nacionais dos Pescadores, Seminário da Pesca Artesanal, Comissão Nacional da Constituinte da Pesca, troca da gerencia na Confederação Nacional dos Pescadores e por meio dos movimentos da Constituinte da pesca, a nova constituição estabeleceu livre criação de associações e a autonomia das colônias, equiparando-as aos sindicatos. Importante lembrar que a mesma constituição deferiu que apenas as associações poderiam receber financiamentos para a pesca, como por exemplo do Banco Amazônia (WALTER, 2019). E até algumas décadas depois não tinham direito de dar ao pescador assistências trabalhistas, como seguro defeso e aposentadoria para os pescadores.

Para Cardoso (2001, p. 103), essa luta que deu origem a Constituinte da Pesca “pode ser considerada um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou

---

<sup>27</sup> Artigo 94, do Decreto-Lei Nº221, de 23/02/67 é o tal Código da Pesca.

<sup>28</sup> Conceito de personagem social no entendimento de Cardoso (2001).



os processos recentes de organização dos pescadores”. Que transformava aquele Sistema de Representação da Categoria, criado nos anos 20, em um novo sistema, implementado numa nova constituição.

Junto a isso e como estratégia para dar continuidade a visibilidade dos movimentos dos pescadores e mobilizar uma maior luta e um maior contato com o Estado, algumas pessoas presentes no VI Encontro da Comissão Nacional da Constituinte da Pesca resolveram criar um novo movimento, chamado de Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Criado no ano de 1988 (CARDOSO, 2001). Oito anos depois de ser criado, o Movimento Nacional dos Pescadores, registrava contato direto com 99 Colônias pelo Brasil e 4 Sindicatos Pesqueiros. Mantinha um breve contato com 23 Colônias, 37 Associações e apoiava outros quase 50 grupos de oposição para conquistar as Colônias de pesca (CARDOSO, 2001). Além de manter ligações com Federações Estaduais e outros movimentos pesqueiros no norte e nordeste do país.

Esses dados retirados por Cardoso (2001) do próprio movimento Monape (1996) apresentam dois entendimentos. O primeiro revela que logo depois da nova constituinte pesqueira, organizações sociais em prol da pesca cresceram e avançaram tanto em quantidade quanto em articulações políticas e sociais. O segundo revela que mesmo com grande crescimento, foi direcionado para as regiões norte e nordeste, demonstrando dificuldade para ampliação das articulações das organizações sociais em nível nacional.

Cardoso (2001) expõe, em seu trabalho, à perspectiva de um dos coordenadores do MONAPE, no ano de 1990, que sobre a dificuldade de ampliar o movimento no Sul do país, alega “falta de alianças com outras entidades envolvidas com a questão dos pescadores artesanais” (CARDOSO, 2001, p. 107).

Apesar da dificuldade de articulação nacional, algumas ações encaminhadas pelo Movimento atingiram tal nível. Questões referentes a pesca foram debatidas com o IBAMA e reuniões importantes para o rumo do setor pesqueiro, como a implantação, junto ao Conselho Nacional para Desenvolvimento de Populações Tradicionais, das Reservas Extrativistas.

Uma outra dificuldade marcante à época da nova constituição pesqueira, foi sobre a gestão das Colônias e as reais autonomias dos pescadores:

Ao passo que pescadores de algumas localidades conquistaram suas Colônias e Federações, democratizando os processos eletivos e gerindo-as de acordo com interesses legítimos da categoria, em outras situações predomina o poder do atraso, com interventores nomeados administrando estes organismos e interesses alheios à categoria indicando seus representantes legais (CARDOSO, 2001, p.106).

Pode-se dizer que ao contrário do que uma organização social geralmente faz, que é dar autonomia e representação para um corpo social, as Colônias, por não serem criados pelos pescadores apresentam-se ao contrário, segundo Ramalho “as colônias de pescadores foram, dessa maneira, um ataque à autonomia das comunidades desses trabalhadores e uma incessante e tutelar busca em fazê-los reféns da ordem legal e dos interesses em tê-los como força de trabalho” (Ramalho, 2014, p.58).

Além de particularidade com as Colônias, existia uma lógica por trás da criação de diversas associações. Já que apenas as associações podiam receber financiamentos, elas as vezes eram criadas justamente com essa lógica. Mostrando um certo controle do Estado em definir ou não qual organização podia se vincular a um financiamento externo.

Com isso, algumas associações criadas não possuíam apego a laços fortes e afetivos entre os associados, passando longe das formas espontâneas e gratuitas de cooperação, com trocas, ajudas internas, laços de confiabilidade e afetividade (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008; WALTER, 2019).

Por certo, não são todas as associações que foram criadas exclusivamente para garantia de financiamentos. A história de sua criação reflete uma lógica de organização política e comunitária. Ou seja, alguns pescadores inconformados que as colônias não os representavam, criavam as associações, com fortes laços internos e de representatividade. O que as autoras Maneschy, Maia e Conceição (2008) dizem ter mais relação com o fenômeno do “associativismo” e não uma com o fenômeno da “associação legal”. Esse último termo referente a apenas uma criação burocrática. O primeiro a uma lógica de cooperação, que alcançava melhores resultados econômicos, políticos ou culturais, pois já vivenciavam uma coletividade comunitária, com práticas envolvendo afetos e compromissos entre os membros. (MANESCHY, MAIA, CONCEIÇÃO, 2018; WALTER, 2019).

Cabe destacar que tais dificuldades referentes as organizações sociais ditas anteriormente, não ficaram no passado. Ainda hoje, muitas colônias se sustentam no paternalismo, assistencialismo estatal e falta de representatividade. E

as associações, quando não criadas por interesses unicamente financeiros, são criadas por interesses de representação, associativismo e políticos diversos. Divergindo das outras organizações em funcionamento.

Foi visto no primeiro capítulo que a política pública voltada para as organizações sociais da primeira década do século XXI, que se configura hoje, é de intensa produtividade para pesca industrial, para aquicultura, com linhas de créditos e financiamento do mercado, chamada assim da época do neodesenvolvimentismo. Negligenciando as organizações de pesca artesanal e deixando os cada vez mais vulnerabilizados. Com isso, alguns pescadores artesanais se organizaram socialmente, com uma posição crítica ao governo. No ano de 2010, os pescadores criaram um movimento social, chamado de Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). E em 2012, o MPP lançou a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, com o principal objetivo de reconhecimento da demarcação das áreas de terras e águas que os pescadores dependem, por meio de uma aprovação de uma Lei Iniciativa Popular.

Evidenciando que apesar de um controle por parte do Estado nas estruturas organizativas institucionais, como as colônias e associações por meio de regras e condutas neoliberais, os pescadores se organizaram para adentrar as normativas do Estado, por meio do MPP, tentando uma aprovação em uma Lei de Iniciativa Popular. Outra característica desse movimento mostra que a luta pela conquista de território constitui uma exemplar resistência dos pescadores artesanais brasileiros frente ao modelo de desenvolvimento excludente impulsionado pelo governo nos últimos anos (AZEVEDO/PIERRI, 2013).

Por fim, esse tópico joga luz aos caminhos, descaminhos, avanços e retrocessos que existiram no que diz respeito a organização pesqueira e a sua relação com o Estado, principalmente a partir da Constituinte da Pesca. Associações, Sindicatos, Cooperativas e troca de lideranças nas Colônias em todo território nacional, juntamente com o contato de algumas dessas organizações com movimentos pesqueiros e com o MONAPE, e a luta do MPP, que deram visibilidade aos pescadores, maior contato com o Estado e agregou maior resistência aos pescadores artesanais em prol de seus direitos.

No município de Conceição da Barra existem algumas associações em funcionamento e dilemas entre elas e sobre a Colônia, que serão discutidas no

próximo tópico, bem como a historicidade das formações, percursos e relações das organizações políticas no município.

#### *4.2 Conceição da Barra e as estruturas organizativas pesqueiras: história e contemporaneidade.*

A história das organizações sociais no município de Conceição da Barra vai ao encontro da maioria dos estados brasileiros, mostrando que a falta de representatividade micropolítica, advém de uma relação micropolítica. Onde a criação da Colônia foi devido ao controle da marinha sob os pescadores artesanais e as associações criadas devido a lógica de financiamento e de resistência a uma não representação por parte de antigas organizações.

Não foram encontrados documentos incluindo o município como uma das 800 colônias instauradas pelo projeto de Frederico Villar. Porém alguns indícios dão a entender que, se não inaugurada pessoalmente por Villar e seu braço direito Armando Pinna, foi acompanhada de perto. O primeiro indicio é o ano da criação da Colônia, próximo ao projeto nacional do Comandante. Em 1924 foi criada a primeira Colônia do Espírito Santo, sendo chamada, por isso, de Z1. A foto abaixo mostra a fachada da Colônia, com seu nome e o ano de inauguração no lado superior direito dela.

**Figura 4.** Foto da fachada da colônia de pescadores Z1.



Fonte: Trabalho de campo pelo PEA Redes de Cidadania, dia 04.05.2020.

O segundo, e ainda mais evidente, refere-se a criação do mercado de pesca para a Colônia em Conceição da Barra, 9 anos depois. No dia 17 de novembro de 1935, foi instaurado um mercado de peixe para a Colônia de Conceição da Barra e o presidente da Colônia Sr. Pery José Tavares, inaugurando o mercado, chamou diversas pessoas, promoveu uma solenidade e uma corrida aquática. O jornal da época<sup>29</sup> chamado “A voz do Mar” relatou com discursos de pessoas presentes, a satisfação com Armando Pinna e Frederico Villar. Durante a solenidade o jornalista e membro da Academia de Letras do ES, Manoel Teixeira Leite, pronunciou um forte discurso de agradecimento sobre a importância da Colônia e sobre a situação dos pescadores.

Agradeceu ao “patriotismo veemente de um Armando Pinna e um Frederico Villar”, pois com eles os pescadores brasileiros estão amparados por “esperanças do melhor futuro” (LEITE *apud* A VOZ DO MAR, 1935, p.58). Segundo o jornalista antes da Colônia os pescadores eram pobres heróis anônimos e esquecidos, enquanto na Europa e nos Estados Unidos, os pescadores contavam com organizações modelares, baseadas em leis que garantiam igualdade entre classes. Portanto, “no dia de hoje [7 de novembro de 1935] a Colônia de pescadores Z1 está em festa” (LEITE *apud* A VOZ DO MAR, 1935, p.59), se referindo a criação do mercado para dar continuidade a Colônia. Nesse sentido, as fotos abaixo mostram, na ordem, a inauguração do mercado de peixe da Colônia z1 em Conceição da Barra.

---

<sup>29</sup> Jornal “A voz do Mar”, do ano de 1935, Mês de dezembro, edição nº 125.

**Figura 5.** Inauguração do Mercado



Fonte: A VOZ DO MAR, 1935, p 57.

Outro fator de destaque na questão das estruturas organizativas em Conceição da Barra que dialogava com o que acontecia no resto do país era a questão da representatividade da Colônia. Como dito no tópico anterior, em sua maioria, as colônias pelo litoral tinham como liderança líderes antigos, comissários, ligados a comércios locais ou de práticas marítimas.

Em Conceição da Barra, na época da inauguração do mercado de peixe o presidente era Pery Tavares<sup>30</sup>, que era agente da marinha. Como mostra o registro do ministério da Marinha, classificando o comandante da Marinha e como agente do municio de São Mateus, no penúltimo nome da lista.

---

<sup>30</sup> Não foi encontrado registro da nomeação do comandante como o primeiro presidente da Colônia de Conceição da Barra, mas ele estava no cargo, como nomeação da Marinha, no ano de 1935. Tendo em vista que a Colônia foi fundada em 1924 ele foi um dos primeiros líderes, se não o primeiro. Também não foi encontrado registro sobre o comandante Ferreira da Silva, que dá o nome a Colônia.

**Figura 6. Lista de Agentes da Marinha.**

VOL. I	MINISTÉRIO DA MARINHA	145
<b>RIO GRANDE DO NORTE (3.ª CLASSE)</b>		
Capitão dos Portos: Cap. de Corv. Cesar Augusto Machado da Fonseca. Patrão-Mór: 2.º Ten. José Maria de Aguiar. Secretario: Nicolau Bigois Filho.		
<b>Agencia de Macau</b>		
Agente: Arthur Coelho.		
<b>Agencia de Areia Branca</b>		
Agente: Luiz Baptista da Costa.		
<b>PARAIBA (3.ª CLASSE)</b>		
Capitão dos Portos: Cap.-Ten. Euclides de Souza Braga. Patrão-Mór: 2.º Ten., Eugenio P. de Magalhães. Secretario: Elizeu Candido Vianna.		
<b>PERNAMBUCANO (1.ª CLASSE)</b>		
Capitão dos Portos: Cap. de Mar e Guerra Mario de Paula Guimarães. Ajudante: Vaga. Patrão-Mór: 1.º Ten. Manoel M. de Rhamnuzia. Secretario: Francisco Leovegildô de A. Maranhão.		
<b>ALAGOÁS (3.ª CLASSE)</b>		
Capitão dos Portos: Cap. de Corv. Plinio Fonseca Mendonça Cabral. Ajudante: Cap.-Ten. Ayres Pinto da F. Costa. Patrão-Mór: 2.º Ten., Coriolano de Oliveira. Secretario: José de Araujo Filho.		
<b>Agencia de Penedo</b>		
<b>Agencia de Cachoeira</b>		
Agente: José Verissimo Freire de Carvalho.		
<b>Agencia de Valença</b>		
Agente: Etelvino Caetano de Oliveira Junior.		
<b>Agencia de Canavieiras</b>		
Agente: Eufrozino Rosa de Sant'Anna.		
<b>Agencia de Belmonte</b>		
Agente: José Militão de Paiva.		
<b>Agencia de Caravelas</b>		
Agente: Izaias Dória de Souza.		
<b>ESPIRITO SANTO (2.ª CLASSE)</b>		
Cap. dos Portos: Cap. de Corv. Rodolpho de Souza Burmester. Patrão-Mór: 2.º Ten. Geraldo A. do Nascimento. Secretario: Manoel Monteiro da Silva.		
<b>Agencia de Guarapary</b>		
Agente: Benedicto dos Santos Mattos.		
<b>Agencia de São Mateus</b>		
Agente: Pery José Tavares.		
<b>Agencia de Benevente</b>		
Agente: 2.º Ten., Ref., Francisco C. de Oliveira.		

Fonte: Relatório do Ministério da Marinha, página 145, s.d;

Evidenciando que a Colônia era uma forma do Estado de adentrar ao município, fiscalizar os pescadores e manter o controle sobre eles. Interessante notar que na época da criação do mercado a infraestrutura urbana da cidade era antiga. Luzes de lamparinas e lâmpões e o comércio consistia de pequenas vendas. (LIMA, 1995). Ressaltando como o município, mesmo com escassez de energia e pavimento, era municiado por ações do Estado no setor pesqueiro. Portanto, a única estrutura organizativa pesqueira que tinha em todo litoral brasileiro, não sendo diferente, obviamente, em Conceição da Barra, eram as Colônias.

Quando, em 1989, foi instaurada a Constituinte da Pesca e os pescadores puderam criar associações, o município esteve na esteira do tempo. Bem a frente da maioria dos municípios espírito-santenses. Um ano após a livre criação, a prefeitura instaurou Associação de Pescadores Barrenses (ASPEB), com intuito de angariar financiamento.

De antemão fica razoável entender que a primeira associação não tinha vínculo cooperativo forte e laços rentáveis. Pescadores<sup>31</sup> reclamavam de dificuldade de organização política e social. Na esteira de conceitos de Maneschy et. al, 2008, isso se explica por dois pontos: 1. A associação foi criada pela própria prefeitura e não por uma ideia autônoma e 2. com exclusiva ideia de angariar fundos econômicos.

Anos depois, foi instaurada a Associação de Camaroeiros de Conceição da Barra (ACCB), no dia 05 de janeiro de 1996. Essa, com laços fortes de parentescos e vínculos afetivos, criada por alegação de falta de representatividade pela Colônia pelos próprios pescadores. Em seu auge, um grupo de mulheres associadas criou, no ano de 2003, uma associação anexa, tendo como intuito o beneficiamento do pescado, assim nasceu a Associação de Maricultores de Conceição da Barra (AMABARRA). Na última pesquisa de campo, no ano de 2020, percebeu-se que a ACCB ainda se mantém inativa, desde 2017, devido a uma crise de gestão da fábrica de gelo. Porém, segundo relatos de pescadores, a AMABARRA mantém vínculo “paternal” com a ACCB. Mesmo inativa, os integrantes se relacionam com fortes laços afetivos<sup>32</sup> (SANTOS, 2020). Também com alegações<sup>33</sup> de falta de representações entre as associações existentes e a Colônia, bem como alegações difícil gerenciamento em negócios que envolvem a pesca, e pouco contato com meios estatais, foram surgindo no século XXI, outras associações.

No ano de 2012, por meio de disputas de territórios e gestões na pesca, divergindo da ACCB e da Colônia Z1, foi criada a Associação de Proprietários de Pesca (APROPESCAM). Essa, no atual momento<sup>34</sup>, mantém intensa cooperação entre os associados, além de um contato forte com movimentos extra municipais relacionados a pesca e com meios que dialogam com o estado, como por exemplo : Sindicato da Pesca em Vitória, com o MPF (Ministério Público Federal), DPE (Defensoria Pública do Estado do ES), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), além de manter em alguns dos seus associados, cargos à administração pública municipal e uma das lideranças se tornou vereador do município. Já Associação de

---

<sup>31</sup> Trabalho feito em Conceição da Barra por MARTINS et al., 2014 com entrevistas semiestruturadas com alguns pescadores artesanais, sobre o colapso de pesca de camarão a partir dos anos 90.

<sup>32</sup> Dados e relatos retirados de pesquisa feita pelos autores e pelo Projeto PEA Redes de Cidadania, que mantém uma presença constante na comunidade, por meio de um pesquisador que mora e trabalha com os pescadores no município.

<sup>33</sup> Dados e relatos retirados de pesquisa feita pelos autores e pelo Projeto PEA Redes de Cidadania, que mantém uma presença constante na comunidade, por meio de um pesquisador que mora e trabalha com os pescadores no município

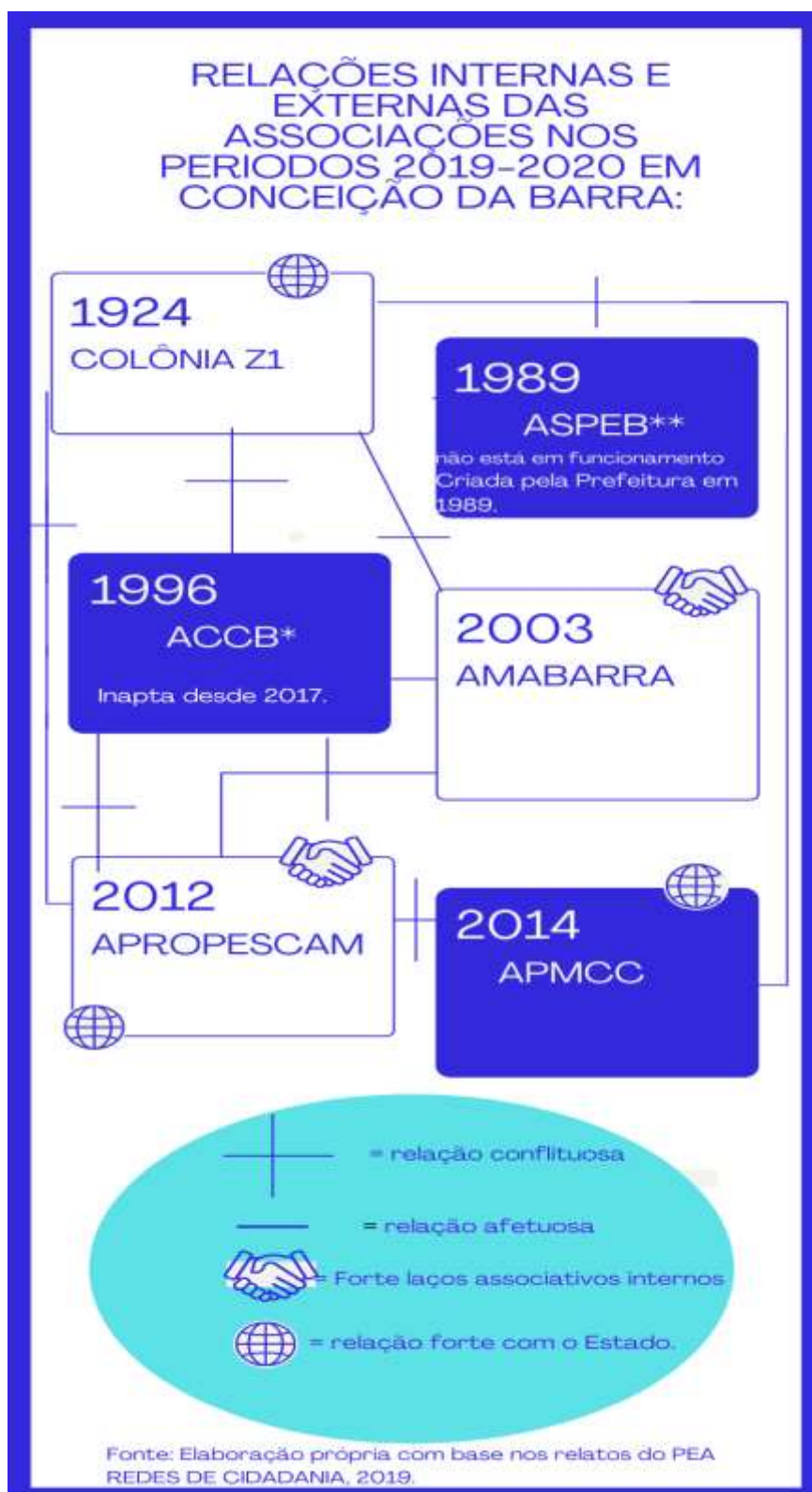
<sup>34</sup> Janeiro de 2021.



Pescadores, Marisqueiros e Catadores de Caranguejo (APMCC), criada em 2014, surgiu devido a questões conflituosas com a Colônia. Esta que mantém divergência fortes com todas as associações criadas, pois no ano de 2013, o ano de eleição para presidente da Colônia, causou desavenças. A APMCC também possui a sua liderança como vereadora do município.

O quadro abaixo, que mostra a relações entre as organizações sociopolíticas, exemplifica as difíceis relações entre as organizações, as relações internas e qual associação possui contato forte com o Estado.

**Quadro 2.** Relações entre as associações pesqueiras no município de Conceição da Barra.



Fonte: Elaboração própria com base nos relatos do PEA Redes de Cidadania, 2019; SANTOS, 2020.

A partir do quadro analítico acima percebe-se que a única relação consistente entre as associações é da AMABARRA com a ACCB, advinda de um laço

paternalista da última em relação a primeira. Criada a partir de uma ideia de união apenas de pescadoras associadas à antiga.

Importante frisar que as relações ditas conflituosas não necessariamente refletem algo negativo. Os conflitos podem gerar debates e construções em prol da pesca, bem como resistência frente a processos coercitivos estatais. Nesse sentido, os conflitos entre as associações podem agregar em ideias e em uma união contra processos vulnerabilizantes. Tais processos que podem decorrer de medidas políticas do estado, como vimos no primeiro capítulo, transformando os pescadores em força de trabalho em capital industrial, ignorando sua relação com território, com o espaço e com o tempo.

Do mesmo modo, as associações que não foram classificadas com “laços afetivos internos” não significam que os associados apenas lidam com embates e não são cooperativos. O gráfico acima tem como objetivo evidenciar os potenciais características. Porém, com a constatação das relações, fica nítido que existe muita divergência institucional, alegação de falta de representatividade em diversos níveis, poucas associações com efetivos contatos com o Estado e associações que não se mantêm em laços fortes associativos. Cabe analisar a relação dessas constatações com as políticas públicas pesqueiras, principalmente no que concerne as organizações sociais.

## **5. VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE PESCADORES DO MUNICÍPIO SOBRE O DIÁLOGO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES PESQUEIRAS E O ESTADO.**

O quarto e último capítulo apresenta os dados extraídos da pesquisa de campo, realizada, como a metodologia explica, por entrevista a distância com atores que estão diretamente ligados a estrutura organizacional da pesca em Conceição da Barra. A abordagem empírica permitiu um aprofundamento nas relações entre o Estado e as organizações, vista por quem está nesse entrecho. Há de se destacar a importância de entrecruzar as entrevistas aos contextos históricos, sociais e políticos no qual se desenvolveram.

Um contexto pandêmico em que as atividades pesqueiras e as vendas se reduziram, as associações em funcionamento estão conflitantes entre si, a Colônia está resolvendo um problema eleitoral na justiça, os sindicatos estão fechados e nas últimas eleições dois pescadores se tornaram vereadores, há algumas ideias em andamento sobre a construção do estaleiro e projetos com a prefeitura sobre as reformas institucionais em algumas organizações. Já no que diz respeito ao pescado, o ambiente está afetado devido as tragédias ambientais do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho-MG, em 2019, e em Mariana-MG, em 2015. E devido ao descaso com os pescadores advindo do poder público por parte de instancias fiscalizatórias.

Neste capítulo, a divisão foi feita da seguinte forma: primeiro uma análise das três primeiras perguntas, sobre a política pública em geral, política pública específica das organizações no município e sobre a Colônia. Desta forma, pois as respostas dessas primeiras perguntas foram na mesma linha de raciocínio, mesmo com pescadores que não aparentavam nenhuma relação direta e não sabiam das entrevistas entre eles. Depois, foram analisadas as cinco próximas respostas das perguntas sobre as associações. Qual relação entre elas, entre elas e a Colônia e com o Estado. As respostas tiveram suas particularidades próprias e foram analisadas de forma individual, que serão destrinchadas neste capítulo.

Sendo assim, analisaremos sobre as três primeiras perguntas, os entrevistados se mostraram pessimistas e desalentados com relação ao as políticas institucionais. Logo na primeira entrevista, com um pescador líder de uma associação e que se tornou vereador no ano de 2020, sem adentrar ao questionário, explicando o contexto da pesquisa, tem-se que:

O pescador vê um horizonte muito negativo para pesca artesanal, porque não é pelo pescador né... porque a cultura não vai acabar, quem é pescador nasce pescador e pronto, o problema é o governo federal, estadual, municipal que tem que dar insumo para pesca sobreviver (LUCAS, 2021).

Ou seja, além de diferenciar os causadores dos problemas na pesca, o pescador em questão ainda insiste que sua classe resiste, devido a sua cultura pesqueira. Cabe ressaltar, a diferenciação que o mesmo coloca no pescador artesanal, importante nesse contexto. Com o mesmo, a resposta sobre a primeira pergunta do questionário que visa entender, de forma geral como se dá o impacto das políticas públicas aplicadas ao município, foi de que “a gente vive num desamparo. O pescador vive de normativa, as licenças quase nunca são definitivas” (Lucas, 2021).

A próxima pergunta foi sobre instituição Colônia, como meio de organização dos pescadores, como ele enxerga. A resposta veio atrelada a história política e social das criações das Colônias, dando a entender o posicionamento do mesmo:

A colônia perdeu um pouco o sentido, porque ela foi criada pelo governo para os pescadores guiarem os navios, né... na época de guerra. Tinham que dar algo em troca, aí dava parte médica e dentistas. Hoje caiu muito, só tem um dentista, mal, mal. No tempo do meu pai ainda, você era medicado. Antigamente tinha creche também, que fechou. Não lembro qual ano, na época do meu pai, lá atrás... eu era criança e lembrava. Tinha ambulância, máquina de gelo, entendeu? Era mais organizada, eu acho que foi mudando as gerações e mudando o regime do governo, porque antes era militar, e tinham medo de fazer errado (LUCAS, 2021).

Aqui, se vê, primeiramente, um relato que distancia a classe de pesca das Colônias. É claramente observado por ele como uma criação artificial, programada pelo Estado, com objetivo claro, que não em prol dos pescadores. Existiu uma época que a Colônia, com máquina de gelo, ambulância, dentistas ajudavam, mas visando uma troca, a defesa do litoral.

Na próxima entrevista, com outro pescador, chamado Bruno, que difere politicamente e associativamente do primeiro, seu entendimento do contexto histórico e político que emaranha com as políticas estatais e as classes de pesca foi verbalizado, declarando que:

Em geral, nós nunca tivemos uma política de Estado que desse respaldo ao setor pesqueiro. Na história da organização pesqueira, sempre o Estado deu perna no setor pesqueiro. Então as classes trabalhistas do setor pesqueiro sempre ficaram à mercê da política atrasada de desenvolvimento. Então, nunca teve um desenvolvimento de forma sustentável. Quando se falou em desenvolvimento era aquele de empresários e não no pescador. No pescador podemos dizer que nunca caiu nada que não fosse a exploração do setor. Então quando vem uma política de incentivo, segundo eles falando, é só para exploração de mão de obra do setor pesqueiro e não para ajudar o pescador a crescer culturalmente, socialmente, economicamente (BRUNO, 2021).

Interessante notar que apesar de descontentamentos políticos, administrativos e de interesses entre as organizações que Bruno (2021) e Lucas (2021) lideravam, a resposta sobre uma macropolítica do município é a mesma. Mostrando que o conhecimento sobre a vulnerabilização, exploração e descredibilização dos pescadores por parte das políticas é uma visão ampla daqueles que estão e já estiveram— no caso do último entrevistado— liderando os pescadores em instancias organizacionais.

Outro ponto de destaque na fala dele está na atribuição conceitual que ele dá ao momento histórico, chamando de desenvolvimento sustentável. Tal conceito de desenvolvimentismo foi, e ainda é aplicado pelas instancias estatais e pelos tomadores de decisões que regulam a pesca. Como os capítulos anteriores mostraram, a maioria das políticas públicas aplicadas utilizaram de uma lógica de modernidade, industrialização, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável para aplicar suas decisões, conduzidas por interesses das elites econômicas (RAMALHO, 2014). Porém, tal lógica é realmente caracterizada por ser “um modelo arcaico e perverso em cima da sociedade pesqueira” (BRUNO, 2021).

Continuando na entrevista, Bruno (2021) fez questão de responder sobre a diferenciação das políticas públicas voltadas ao município de Conceição da Barra. Essa diferença entre as políticas é um ponto interessante do trabalho de campo, pois joga luz a ideia do trabalho em questão. Essa análise macro e micro dialogada, tentando entender até que ponto a primeira influencia a segunda.

Quando a gente se fala nessa política geral, Conceição da Barra foi respingado, como faz parte desse contexto nacional, com uma política de atraso, principalmente quando se fala de uma cidade do interior, com várias pendências, pendências quando se fala na questão da Boca da Barra, na área de pesca. Nós temos uma área rica em pescado, mas como a política não fez nenhum estudo viável a essa condição, não deu uma condição merecida a esse setor. [...] O modelo de políticas ambientais, com desmatamento, matanças, envenenamento, poluição de forma geral e até dinamitação do setor petrolífero (BRUNO, 2021).

Nesse sentido, essa percepção mostra o entendimento consolidado da relação intrínseca entre as políticas pelo litoral do Estado e a do município, evidenciado por registros históricos nos capítulos anteriores.

Saindo do papel geral das políticas públicas para o setor pesqueiro e adentrado a ideia que o mesmo tem sobre a Colônia, mais uma vez, as respostas dos dois foram para caminhos parecidos. De um jeito mais rigoroso e enfático, Bruno (2021), explanou com análises históricas para respaldar seu conhecimento e tecer

duras críticas ao Estado. No sentido de que a Colônia foi criada com uma intencionalidade prévia, não assistindo os mesmos e não servindo de organização da classe pesqueira, principalmente pela falta um sentimento de pertencimento e representatividade. Segundo ele:

Dentro do modelo de Estado corrupto e perverso que estamos conversando, a Colônia vem desde sua formação. A começar que a Colônia foi criada pela Marinha, dentro de uma política de Estado, uma política de Governo. A primeira Colônia de pescador no Brasil foi criada pela Marinha Portuguesa. E até hoje não deixou andar como organização de categoria, houve várias tentativas, até movimento nacional, a gente fez parte de vários movimentos nacionais para dar autonomia as Colônias, mas não houve avanço (BRUNO, 2021).

Ou seja, o modelo das políticas públicas é adjetivado negativamente pelo pescador, que salienta que antes mesmo de existir um Estado Brasileiro, a Colônia já existia, criada pela Marinha Portuguesa. Então, o foco em tirar a autonomia dos pescadores, segundo os entrevistados, é até mais antigo que a “criação do nosso Estado” (Bruno, 2021).

Sendo assim, para entender a representação política por parte dos pescadores à Colônia, cabe fazer esse resgate histórico para trilhar o percurso organizacional pesqueiro, que acaba desembocando na inexistência das políticas públicas para o setor pesqueiro.

Outro ponto importante de perceber sobre a retórica acima foi com relação as resistências dos pescadores. Por mais que Bruno (2021) diga que mesmo com diversas tentativas não houveram avanços para dar autonomia das colônias, a história mostra que os pescadores conseguiram direitos.

Conclui-se, dessa forma, que as colônias não foram pensadas para garantir os direitos dos pesadores e pescadoras. Prova é que esses direitos vão vigorar em lei, com a pressão feita pelo movimento denominado Constituinte da Pesca (1986) e pelo Conselho Pastoral dos Pescadores Nacional, um dos seus principais articuladores, que conseguiu assegurar direitos na Constituição de 1998 (LIMA, 2003, p. 117)

Na mesma linha dos dois, o terceiro entrevistado, Wanderson (2021), concorda com as afirmações de Bruno e Lucas (2021) no que diz respeito às políticas públicas gerais e organizacionais da pesca, atrelado ao contexto histórico e político do contato estado-colônia, bem como, de que forma se reverbera aos pescadores. Segundo Wanderson (2021) toda e qualquer política pública é implementada de forma unilateral, sem conversa com os pescadores e a Colônia já que não é atuante, não cumpre o papel de, no mínimo, avisar sobre as leis.

A nossa política aqui hoje em termo da pesca está meio complicado, porque quando chega as leis, as leis já foram feitas. O pescador não é chamado para participar. Quando chega em termos de mudanças de defeso, ela vem e já foi feita, o pescador não participa de nada não. Quando vem já vem a lei, depois a fiscalização e depois eles falam “você estão sabendo da lei” e a gente fala “não”. Nós somos muito defasados, a Colônia tem muitos problemas e não atua diretamente com o pescador, não chama o pescador, não conversa, e a gente fica desinformado (WANDERSON, 2021)

Com isso, o que se vê é um cenário em que a classe pesqueira fica atrasada sobre as políticas aplicadas no município e acaba sabendo apenas por meio da fiscalização coercitiva de instancias estatais. E, para Wanderson (2021), a Colônia que deveria cumprir o papel de salientar sobre as políticas no município, não faz. Mesmo ressaltando que na entrega e preparação de documentações pesqueiras a Colônia é efetiva.

Para ele, a relação Estado e Colônia é inexistente. E seria de grande valia que essa se concretizasse, pois além de criar uma classe pesqueira de verdade, auxiliaria com “trâmites burocráticos”, como por exemplo “um advogado da Colônia para os pescadores”.

Assim, nota-se que, como dito no início do capítulo, que a visão que os pescadores apresentam sobre as políticas instituídas na região e o papel das Colônias, como forma dessa mesma política, é negativa. Pelo registro histórico, sabe-se que as Colônias são a única forma de organização política pesqueira até a Nova Constituinte, mas segundo Bruno (2021): “como podemos falar que a Colônia é uma organização se não há nem assembleia geral com os pescadores? Esse modelo é um modelo muito contraditório quando a gente pensa em organização social”.

Contudo, com ela a mudança da constituição, os pescadores puderam criar as associações, com equivalência aos sindicatos. Nesse sentido, vale adentrar sobre esse marco na história e trazer a percepção que os mesmos tiveram sobre essa mudança histórica. Como era antes e como se tornou depois, se houve ou não melhora e como se instaurou a relação Colônia x Associação.

Wanderson (2021), entende que foi se criando associações para a melhoria da pesca, já que a Colônia não corre atrás de preços de gelo, de pescado, máquina de gelo e que isso era pra ser função dela. Sendo um pouco suprida a partir do momento que pode criar associações:

Foi se criando as associações para tentar ajudar melhor o pescador, porque muito pescador não era bem atendido e bem servido na Colônia, então pensando em melhoria, o pescador começou a pensar em criar associação. As associações estão fazendo o papel que era da Colônia.



Já para o pescador Bruno (2021), ocorreu um entrave na melhoria devido ao atrito Colônia e Associação. O que aconteceu, segundo ele, é que a partir das criações das associações, a Colônia quis e quer até hoje o controle de todas as associações, para que essas últimas não consigam dar uma autonomia orgânica aos pescadores.

A colônia quer gerenciar, ser dona das associações (*sic*). Ou seja, ela não quer perder o domínio da organização de classe para as associações. Pois as associações procuram sentar com seu núcleo para discutir as questões e a Colônia faz parte de um domínio do Estado. Então, na maioria das vezes, a Colônia não tem eleição, é um interventor colocado por interesses políticos (BRUNO, 2021).

Continuando, ele também alega que “houveram mudanças, mas muito interesse político-partidário, política de atraso envolvida, que atrapalhou as associações”. Outro motivo negativo, é a quantidade de associação criada a partir desse momento histórico:

Só para você ter uma ideia, existiu uma época com 38 associações no município. Umas registradas e outras não. E isso atrapalhou muito, pois quando você pensa em organizar um grupo, o outro acha que não. Deveríamos coordenar isso aí, fazer uma discussão com todas as associações e cada um tomar um posto necessário para os associados. O objetivo é o mesmo (BRUNO, 2021).

Com isso, a fala elenca a lucidez sobre uma união em prol da pesca, já que os objetivos são os mesmos, mas os empecilhos que os pescadores enfrentam quando diz respeito a uma organização institucionalizada politicamente.

Já quando perguntado ao Lucas (2021) sobre esse *gap* histórico, a partir da nova constituinte, o mesmo diz que a partir do momento que pôde criar as associações “a mudança foi para pior”. Elas já se perderam nas suas criações e as associações pioram, com a politicagem, em vez de ajudar os pescadores.

Abriu um leque muito grande, para criação de associações, mas o pescador fica meio perdido nesse meio. Muita associação. Aqui em Conceição da Barra não precisava de tanta associação, além da Colônia. Eu não sei qual o objetivo de tanta Associação. Não vejo mudar nada de estrutura para pesca. Vejo mudança apenas na documentação e nos recursos que geram. Vou dar um exemplo: dentro do entreposto tem duas associações dentro, e olha como está lá. Entendeu? Estamos tão apertado (*sic*) e a politicagem atrapalha, para nós isso não foi bom (LUCAS, 2021).

Interessante notar que a visão dos três pescadores entrevistados sobre as associações, é diferente. Para o primeiro, a organização política dos pescadores melhorou depois da Nova Constituinte. Para o segundo, melhorou, mas com ressalvas, devido a barreira criada pela Colônia, questões políticas e a quantidade de

associação. Já na visão do último, não melhorou. Pelo contrário, a organização ficou muito “politizada” e muitas associações criadas destoaram o objetivo real da pesca.

Visões diferentes sobre associações pesqueiras se dão por alguns motivos notados por alguns pesquisadores da área. Um deles é pelas suas criações. Como dito no segundo capítulo, e baseado nas autoras Maneschy, Maia e Conceição (2008), algumas associações são instauradas por motivos comunitários, associativos, afetivos e outras para angariar verbas ou manter algum dialogo com instancias estatais.

Nas falas de Lucas (2021) e de Bruno (2021) isso é perceptivo. Os dois percebem que muitas associações são criadas por motivos estritamente burocráticos porem enxergam isso de forma diferente.

O primeiro, diz que muitas associações são criadas e as únicas que geram resultados positivos são aquelas de tramites burocráticos, como angariamento de verbas e recursos. Já Bruno (2021) alega que:

Para te falar verdade hoje a maioria das associações que foram criadas mesmo, foi com fins financeiros. As pessoas querem viver da contribuição dos associados. E assim, se forma interesses financeiro e não de organização social. Cria para um objetivo porem querem trabalhar de outra forma e isso não funciona.

Sendo assim, criam-se divergências de percepções. E algumas associações instauradas podem não passar confiança ou até um sentimento de pertencimento, isso faz com que o pescador não enxergue a necessidade de maior contato com instancias estatais por meio destas. Porém, vale ressaltar que as associações criadas com motivo afetivo, comunitário e associativo<sup>35</sup> podem ser vistas com bons olhos por alguns pescadores.

Por último, foi perguntado para os três sobre uma visão futura, utópica ou realista, sobre uma mudança nas organizações. O que eles fariam se pudessem acrescentar, mudar ou retirar algo das organizações pesca (Colônia e associações) em Conceição da Barra. Lucas (2021) respondeu que:

Uma organização deveria ser uma reunião de pessoas lutando por um coletivo, que trabalharia não ouvindo as críticas, sempre buscando o correto e trabalhando honestamente”. [...] E eu vou atrás disso, pois é meu sonho. Fazer a coletividade funcionar. O associativismo, a contribuição, a participação. [...] Ter uma voz diferente da que tá ai.

Depois continuou verbalizando a respeito do Estado, das organizações e do pescador artesanal. O Estado só “põe emenda parlamentar”. E as associações e a

---

<sup>35</sup> (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008)

Colônia estão “catimbadas”. Por fim, sobre o pescador, estão sempre “cheios de rótulos” e “não são enxergados como classe trabalhadora” (LUCAS, 2021).

Já Bruno (2021) de forma mais técnica, sistemática e pragmática crê que para o pescador se organizar melhor hoje teria que ser dado um corpo jurídico para a classe, de forma discutida entre os pescadores. Segundo ele,

Já que não podemos fugir das esferas do Estado, temos que trabalhar com ela. E para isso, o primeiro passo seria organizar um corpo de pessoas discutindo as questões ligado aos tributos federais por exemplo. Para ter uma formação de um grupo que iria administrar. E depois buscar os parceiros que não estão legalizados.

De forma parecida ao último, concluiu falando sobre a visão de fora sobre os pescadores. “A propaganda fala de um falso pescador, mas não existe falso pescador, existe pescador legalizado e não legalizado. Só porque ele não tem documento ele não é pescador”? Para Bruno (2021) se você discutir a questão jurídica você “dá outro Norte” a organização dos pescadores, e organizando-os, a estrutura da educação, da saúde, e do ambiente da pesca melhoraria.

E para Wanderson (2021), os pescadores deveriam primeiramente diferenciar as mudanças. Nas associações não precisa tanto de mudança e sim de acrescentar uma melhor organização das instâncias jurídicas. Mas na Colônia a mudança deve ser radical, desde o mandato, a forma com que organiza a presidência, até as outras pessoas que lá gerenciam.

Eu nunca tive problema com a Colônia, mas muita gente reclama com o atendimento de lá. Precisa de uma mudança já! Já deu o que tinha que dar com as pessoas que estão lá. O pescador já está cansado do jeito que a Colônia é. Você não vê um benefício chegar ao pescador. Nós temos uma escola de pesca, federal. Mas quem usa hoje é a prefeitura, nunca ouvi dizer que teve sala alí pra pescador, quem usa é a prefeitura e o pescador nada. Temos o espaço, mas não é nosso.

Aqui, nota-se a relação intrínseca que a Colônia tem com o Estado na visão do mesmo e os entrelaçamentos que se dão no entendimento das capacidades de ação do Estado. A escola feita no município é um projeto diferente das ações da prefeitura que também é diferente da ação da Colônia como uma organização de controle para interesses contrários ao deles.

## 6. CONCLUSÃO

Esse estudo tem como objetivo ampliar as pesquisas sobre as organizações pesqueiras e a relação destas com o Estado por meio das políticas públicas. Desde o século XIX até os dias atuais. Evidenciando as percepções dos pescadores sobre as estruturas organizativas (Colônia e Associação) e das políticas públicas vinculadas a elas. Com isso, o trabalho atrelou teorias que analisam esse diálogo com entrevistas os pescadores que estão inseridos nesse meio.

Assim, as teorias mostraram que existem dinâmicas como, jogo de interesses, relações históricas, econômicas e de poder que podem dificultar ou facilitar diálogos institucionais entre grupos de “fora” e de “dentro” do Estado. No caso da pesca artesanal, é cabível afirmar que a relação é obsoleta, lenta, desgastante e na maioria das vezes conflituosa.

Aqui, cabe ressaltar o foco do trabalho em não separar Estado versus grupos sociais de forma engessada e normativa, causando uma separação que na prática não se consolida. As relações, como a teoria mostrou, são dinâmicas e se entrelaçam de forma que os processos estatais se dão de maneira única em cada momento. Mesmo assim, os laços históricos mostraram que há um controle excessivo com objetivo, no passado, militarizante e no presente de desenvolvimento econômico. Ressalta-se também que conceitos advindos das teorias neoinstitucionalistas, como “encaixe”, “domínio de agencia” e “mutua-constituição” não foram debatidos no trabalho, de forma que as teorias serviram apenas de base para um trabalho que se deteve mais descritivo e empírico.

O trabalho resgatou desde o século XIX, a relação pesca artesanal e projeto Estatal, mostrando uma lógica por parte do último de desenvolvimentismo atrelado a elites econômicas e uma utilização dos pescadores como braço armado para possíveis guerras. O município de Conceição da Barra seguiu nessa lógica, como a maioria dos municípios pesqueiros pelo litoral brasileiro.

Nesse sentido, o ano de 1988 foi crucial. A criação da Nova Constituinte abriu espaço para um novo tipo de organização social. As associações. Essas foram criadas pelos pescadores por diversos motivos, dentre eles: econômicos, burocráticos, eleitorais, de interesses próprios, associativos e afetivos.

Pode-se concluir que a enormidade de motivos causa divergências entre os pescadores sobre a efetividade das associações e sobre o sentimento de pertencimento e representatividade que elas podem causar. Tais afirmações puderam ser retiradas das percepções de campo e das entrevistas feitas com pescadores vinculados a importantes estruturas organizativas.

Como dito em capítulos anteriores, quando perguntados aos três pescadores sobre as políticas públicas e a relação com a Colônia, as respostas foram bem parecidas. Já quando o assunto era sobre as Associações, as respostas se divergiam. Assim, podemos perceber que as associações padecem de maior organização, tanto do ponto de se manterem ativas, tanto do ponto de vista operacional (elaborar projetos), do ponto de vista financeiro (para captação de recursos) e da vida associativa (mobilizando pescadores em prol do mesmo objetivo).

Em Conceição da Barra, parece razoável supor que as associações existentes surgem num contexto em que a necessidade de captar recursos, gerenciar obras que estão paradas e resolver tramites que a Colônia não faz, é grande. Com isso, pode ser um motivo de existir um número excessivo de associações no local, comparado a outros municípios no Espírito Santo. Porém, também parece razoável supor que a falta de entendimento e um contato maior com o Estado limita as resoluções de tramites que podem beneficiar o pescador, como: normas, leis, portarias, licenças e direitos pesqueiros.

Então, sem um entendimento consolidado das ações do Estado, por meio de diferentes setores, agentes, aplicadores e tomadores de decisão, fica difícil ter voz e representatividade nesse meio. Mas, cabe pensar na estratégia por parte do Estado em controlar e direcionar as organizações pesqueiras nesse sentido, distanciando o pescador das políticas estatais. Como vimos, historicamente as Colônias exerceram forte tutela sobre os mesmos, até mesmo na definição de quem é ou não considerado pescador. Desconhece no mundo do trabalho brasileiro, um trabalhador que para ter seus direitos precisa recorrer a entidades representativas que garantam sua identidade profissional. Precisando de que outros definam se você é ou não aquilo que você sabidamente é.

É fato que a crise atual de escassez de pesca e pescados contaminados se alastram por todo litoral brasileiro, não sendo um privilégio do município. Mas, esse estudo se distancia da prática pesqueira e dos pescados para se aproximar apenas

das particularidades organizacionais. Ou seja, como o pescador necessita de maior organização em classe, seja focado na Colônia ou nas Associações para lutar pelos seus direitos junto ao Estado. E como o Estado historicamente dificultou essa luta que já existe há algum tempo.

Sobre as organizações, por meio das entrevistas, é razoável supor que a maioria das organizações implementadas não causam um sentimento de pertencimento, união e afeito, o que podemos chamar de associativismo. Não excluindo as que de fato causam esse tipo de sentimento, a quantidade em massa de associações pode fazer com que uma maior divergência aconteça.

De outro modo, a continuidade de organizações em prol da pesca se impõe principalmente no atual contexto político e social que vivemos, para que cada vez mais os objetivos sociais, de interesses comuns e a luta em prol de seus direitos, dialogando sabidamente com as multiplicidades estatais aconteçam.

## 7. REFERÊNCIAS:

- ABDALLAH, P. R. Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução. 1998. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1998.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais -o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- A NOITE. O Falecimento desse Ilustre Oficial Da Marinha de Guerra. **Jornal A noite**, Rio de Janeiro, p.4, 27 abril 1954.
- A VOZ DO MAR. **Inauguração do Mercado da Colônia de Pesca em Conceição da Barra**. A voz do Mar, Rio de Janeiro, ano XV, n. 125, p. 58, dez 1935.
- AZEVEDO, NT de; PIERRI, N. A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. **Samudra Report**, v. 64, n. 1, p. 34-41, 2013.
- AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 32, 2014.
- BOURDIE, P. A miséria do mundo. **Vozes: Petrópolis**, 1997.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia Física. São Paulo 2001.
- CASTORIADIS, C. From ecology to autonomy. **Thesis eleven**, v. 3, n. 1, p. 8-22, 1981.
- CEFAÍ, D. et al. Introdução. In: **Areanas públicas. Por uma etnografia da vida associativa**. Niterói - Rio de Janeiro: EdUFF, 2011. p. 9–63.
- CLAUZET, M.; BEGOSSI, A.; RAMIRES, M. Pesca Artesanal E Conhecimento Local De Duas Populações Caiçaras (Enseada Do Mar Virado E Barra Do Una) No Litoral De São Paulo, Brasil. **MultiCiência**, v. 4, n. C, p. 1–23, 2005.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado-pesquisas de antropologia**

- política.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- CYRINO, C. DE O. E S. **“AOS PESCADORES, A MODERNIDADE!”** Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal. UFES, 2018.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983
- DIEGUES, A. C. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores no Brasil: por uma sócio antropologia do mar. In: DIEGUES, A. C. **Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil.** São Paulo: CEMAR/USP, 1989. p.1-20.
- DIEGUES, A. C. **O movimento social dos pescadores artesanais brasileiros.** São Paulo: CEMAR/USP, 1993. (Série documentos e relatório de pesquisa, 8)
- DIEGUES, A. C. **Povos e mares: leituras em socio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, Rinaldo S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** MMA. São Paulo: USP, 2001 (Biodiversidade, 4).
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders.** Zahar, 2000.
- FERNANDES, M. M. S. **COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS DE MELEIRAS E BARREIRAS, CONCEIÇÃO DA BARRA -ES.** [s.l.] Universidade de São Paulo, 2007.
- FERNANDES, R. C. Elos de Uma Cidadania Planetária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.10, n 2, s.p, 1995.
- FILHO, A. Da Sudepe à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas PPP**, n. 49, 2017
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GOHN, M. da G. M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, 1997.



- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 1997.
- GOHN, Maria da Glória Marcodes. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Nomadas (col)**, n. 20, p. 140-150, 2004.
- GUEDES, Maria de Lisieux Amado. Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.
- GUTIERRES, Kellen Alves. Estudo de trajetórias e interações socioestatais: mútua constituição entre movimento social e a política pública de assistência social. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 81-114, 2018
- HABERMAS, J. **“New social movements”**. New York: Telos, 1981.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 193-223, 2003.
- HOROCHOVSKI, R. R. *et al.* **Desatando nos: associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos**, Paraná. 2007.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.
- KANT de Lima R; PEREIRA, L.F. **Pescadores de Itaipu: Mieu ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**, Niterói, Ed. UFF, 1997.
- KNOEPFEL, Peter et al. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Ariel, 2012
- KNOX, W.; TRIGUEIRO, A. A pesca artesanal, conflitos e novas configurações. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 8, n. 2, p. 19, 2014.
- LAVALLE, Adrian Gurza et al. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. EdUERJ, 2018.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, n. 60, p. 42-66, 2006.
- LEITE, Francisco Tarciso. Metodologientífica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações. **Aparecida, SP: Ideias & Letras**, 2008.

LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

LIMA, J. P. O Movimento de mulheres pescadoras na Baía do Sol: Em busca de cidadania. In: SCHERER, E. **Trabalhadores e Trabalhadoras na Pesca: Ambiente e Reconhecimento**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2013.

LIMA, R. de C. B. **Relatos e retratos de Conceição da Barra**. Vitória, ES: SPDC/UFES, 1995.

I, ; LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

LOBÃO, R. J. DA S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2006.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, n. 70, p. 139–170, 2007.

MANESCHY, M. C.; MAIA, M. L. S.; DA CONCEIÇÃO, M. de F. C. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos cadernos NAEA**, v. 11, n. 1, 2009.

MARTINS, A. S. et al. A Pesca de Camarão Em Conceição da Barra, Espírito Santo, Como um Estudo Multidisciplinar do Colapso de um Sistema Pesqueiro. In: HAIMOVICI, M.; FILHO, J. M. A.; SUNYE, P. S. (Eds.). **A pesca marinha e estuarina no Brasil- estudos de caso multidisciplinares**. 1. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. p. 19.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial. **Movimentos Sociais**, v. 2, n. 02, 2016.

MELLO, M. A. da S.; VOGEL, A. **Gente das Areias**, Niterói: EdUFF, 2004.

MELUCCI. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI. **“Getting involved: identity and mobilization in social movements”**. International Social Movements Research, vol. 1, 1988.

MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos?. **Cadernos Ebape. br**, v. 6, n. 3, p. 01-14, 2008.

MOÇOUÇAH , P. S. 1995. AS ONG's: dos bastidores ao centro do palco. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, número 28, ano 10, junho.

MORÉ, C. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. **CIAIQ2015**, v. 3, 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EdUSP, 1999.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. DE S. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação Indigenous Knowledge as a Possibility of Nature Conservation: a Reflection on the Perspective of Ethno Conservation. **Desenvolvimento e meio ambiente. Ed. UFPR**, v. 22, p. 37–50, 2010.

RAMALHO, C. W. N. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional-da reserva naval à aquícola. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 8, n. 1, 2014.

REVISTA ES. A Sobrevivência da pesca artesanal no Espírito Santo. **REVISTA ES**, Vitória, p.6-11, março 1983.

SCHERER, E. **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO- SEAG. **Plano Integrado para o Desenvolvimento da Pesca no Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1981

SILVA, L. G. S. da. **Caiçaras jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. CEMAR, Centro de Culturas Marítimas, 1993.

SILVA, L. G. S. da. Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930). **Recife, Dissertação de Mestrado-UFPE**, 1991.

SOUZA, J. L. M. de. **CNPA 100 Anos de Existência**. 2020. Disponível em: <http://www.cnpa.org.br/detalheNoticia.aspx?idN=3364>. Acesso em 25 fev. 2021.

SUDEPE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1985.

SUDEPE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA. **Plano anual de trabalho**. Brasília: Sudepe, 1976. (Série completa)

SZWAKO, J.; LAVALLE, A. G. SEEING LIKE A SOCIAL MOVEMENT: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas<sup>1</sup>. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 411-434, 2019.

TIMM, José Ubirajara. **O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O enfoque nacional e os aspectos da problemática catarinense**. Revista de Administração Pública - FGV, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 3, p. 183-224, jul-dez, 1978.

VILLAR, Frederico. O Problema da Pesca No Brasil: Conferência do Sr. Capitão Do Mar e Guerra Frederico Villar. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XXV, n. 2768, p. 2, 21 nov 1931.